

-----ATA N.º 7 DE 14 DE DEZEMBRO-----

-----Aos catorze dias do mês de dezembro de 2022, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 - Fixação de taxas:-----

----- 1.1 - Proposta n.º 35/CM/2022 - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2022 a cobrar em 2023;-----

----- 1.2 - Proposta n.º 36/CM/2022 - Fixação da taxa variável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2022 a cobrar em 2023, a que os municípios têm direito em cada ano; -----

----- 1.3 - Proposta n.º 37/CM/2022 - Autorização à Câmara Municipal, para lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2023, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; -----

----- 1.4 - Proposta n.º 38/CM/2022 - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2023, prevista na Lei das Comunicações Eletrónicas; -----

----- 2 - Proposta n.º 39/CM/2022 - Apreciação e votação da 6.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Torres Vedras de 2022; -----

----- 3 - Proposta n.º 40/CM/2022 - Discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2023 do Município de Torres Vedras – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal;-----

----- 4 - Proposta n.º 41/CM/2022 - Discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2023 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal;-----

----- 5 - Proposta n.º 42/CM/2022 - Discussão e votação da proposta de alteração da Estrutura Orgânica, e Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; -----

----- 6 - Proposta n.º 43/CM/2022 – Discussão e votação da proposta de atualização da Norma de Controlo Interno dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; -----

----- 7 - Proposta n.º 44/CM/2022 - Processo de descentralização – Diploma Setorial Freguesias – Apreciação e votação da proposta de atualização dos recursos financeiros a transferir anualmente para as freguesias;-----

----- 8 – Autorização de Repartição de encargos: -----

----- 8.1 - Proposta n.º 45/CM/2022 - Empreitada de construção de parque de estacionamento envolvente à EB2,3 de Freiria – concurso público; -----

----- 8.2 - Proposta n.º 46/CM/2022 - Aluguer operacional de um veículo elétrico ligeiro de mercadorias para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras; -----

----- 9 - Proposta n.º 26/AM/2022 - Informação das comissões; -----

----- 10 - Proposta n.º 27/AM/2022 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----

----- Informação sobre competências delegadas: -----

----- 10.1 - Proposta n.º 28/AM/2022 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

----- 10.2 - Proposta n.º 29/AM/2022 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

----- 11 - Proposta n.º 30/AM/2022 - Votos, moções e recomendações. -----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segundo secretário). -----

----- Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar: -----

----- Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, António Carlos Nunes Carneiro, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Rui José Prudêncio, Marta Filipa Sousa Geraldês, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, José António do Vale Paulos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sónia Alexandra Ferreira Patrício, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Sérgio Augusto Nunes Simões, Ana Isabel Marques Fiéis, Tomás Horta Lourenço, Andreia Filipa Alves Caldas, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim do Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, David Alves Gomes Lopes e Artur Alexandre dos Santos Narciso. -----

----- Faltaram António Augusto Ferreira dos Anjos e Renato António Cabral Rodrigues Monteiro -----

----- Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal, Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Duarte Rogério M. Ventura Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro de Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira e Dulcineia Basílio Ramos. -----

----- Antes de iniciar os trabalhos o **presidente da Mesa**, informou que no final da reunião seriam entregues as habituais lembranças de Natal, aos membros da Assembleia Municipal, e também ao Executivo Municipal, técnicos e colaboradores presentes a quem desejou Boas Festas. -----

----- Aproveitou para fazer um elogio de reconhecimento, àqueles que estão sempre disponíveis e prontos a socorrer nas horas de aflição como as que todos passaram nos últimos dias, provocadas pelas chuvas/inundações e a torná-las menos difíceis, e como tal e em nome da

Assembleia Municipal agradeceu aos Bombeiros torrienses, ao Serviço Municipal de Proteção Civil, assim como ao Executivo Municipal, presidentes e executivos das Juntas, GNR, PSP, à comunicação social pela informação permanente e cuidada e por último à comunidade torriense.--

-----De seguida teve início o período aberto à intervenção do público, para o qual a Mesa tinha recebido quatro inscrições: -----

PROMOTORRES: -----

----- O cidadão **António Manuel Fernandes Pereira**, disse que vinha ao plenário na qualidade de trabalhador da empresa municipal Promotorres e em representação dos seus colegas de trabalho passando a dar nota que em abril de 2021, foi enviada pelo sindicato, STAL, uma proposta de Acordo de Empresa, a que se seguiu em 13 de julho de 2021, uma reunião com a presença do presidente do Conselho de Administração, para início da negociação do referido acordo, iniciando-se assim um processo há muito desejado pelos trabalhadores desta empresa, pela melhoria das suas condições de trabalho e de progressão de carreira, assentes numa base de negociação e de respeito para com os interesses dos trabalhadores,. Contudo, desde essa data que aguardam a apresentação de uma contraproposta contrariando assim os compromissos assumidos perante o STAL, legalmente previstos no Código do Trabalho sobre esta matéria. -----

----- Acrescentou que os trabalhadores da Promotorres, cansados e descontentes com este impasse, realizaram, com o apoio do STAL, variadíssimas formas de pressão junto da administração, nomeadamente, plenários, comunicados e inevitavelmente, uma greve de dois dias no passado mês de outubro, mas o Conselho de Administração da Promotorres, continua a optar pela não negociação, ignorando por completo os desejos e aspirações dos seus trabalhadores. Não obstante esta falta de comunicação, realizaram no passado dia 7 de dezembro, uma reunião com o Conselho de Administração da empresa, que insiste na ideia de que apresentará um Plano de Carreiras, elaborado internamente e sem qualquer contributo do STAL, mantendo de parte qualquer intenção de negociar um Acordo de Empresa, onde se poderia incluir o referido Plano de Carreiras. -----

----- Para além de tudo isto, a empresa insiste, ilegalmente, na aplicação de serviços mínimos em dias de greve enviando SMS aos trabalhadores, que se traduz num grave atropelo a um direito constitucionalmente reconhecido a todos os trabalhadores e toda esta falta de respeito provoca uma destabilização pessoal e profissional. -----

----- Reforçou que sempre deram o seu melhor pela empresa, contribuindo para o serviço público prestado pela Câmara Municipal de Torres Vedras e melhor funcionamento da cidade, não exigem mais do que o seu direito a progredir numa carreira difícil e de serem valorizados pelo seu trabalho. -----

----- Concluindo, solicitou que os membros da Assembleia Municipal e vereadores da Câmara

Municipal, único acionista da Promotorres, reúna com os trabalhadores para que se chegue a um acordo que seja bom para todos e promova a paz social na empresa.-----

----A **presidente da Câmara** manifestou o seu agrado com a presença de muitos dos trabalhadores da Promotorres neste plenário, lamentando que o mesmo não tenha acontecido quando solicitou uma reunião para conhecer todos os funcionários, pois só aproximadamente 1/3 dos mesmos é que marcaram presença.-----

---- Espera que se arranje um caminho para resolver os problemas enunciados, de forma pacífica, e sabe que houve o compromisso por parte do Conselho de Administração da Promotorres para apresentar uma contraproposta em janeiro, cumprindo um direito que assiste aos trabalhadores, --

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOROSIDADE NOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO:-----

----O **cidadão Hildeberto Vicente**, apresentou-se como representante de um grupo de moradores da freguesia de Campelos para chamar a atenção do plenário para a morosidade dos processos de licenciamento para construção de habitação e projetos industriais. -----

---- Reforçou que é um dos afetados, mas há diversos moradores com processos a decorrer na Câmara Municipal há mais de dois anos, ao que acresce mais alguns meses para emitirem os alvarás de construção e respetiva taxaço. Reforçou que a situação está a afetar a falta de habitação que existe na freguesia assim como um pouco por todo o concelho, o que, enquanto profissional da construção civil, verifica que não ocorre noutros concelhos limítrofes onde exerce a sua profissão. -----

---- Assim, apelou à Câmara Municipal que averigue internamente qual a razão dos atrasos, que não são só de processos localizados em Campelos, mas de todo o concelho, salientando o facto de com este entrave poderem estar a por em causa potenciais investidores nas freguesias, principalmente a nível de instalação de indústrias, que podem criar mais postos de trabalho e que deste modo fogem para os concelhos vizinhos, onde não se verificam estes entraves para além das taxas não serem tão elevadas. -----

---- Terminou dizendo que tem um processo a tramitar há mais de dois anos, para construir habitação própria no concelho onde quer habitar, deixando a todos esta nota sobre um problema que é de todo o concelho.-----

----A **presidente de Câmara** confirmou que existem problemas nos licenciamentos em o concelho em consequência da falta de pessoal, sobretudo a nível dos arquitetos que são os mesmos de há 15 anos atrás, para além de a legislação que rege esta matéria ter sofrido muitas alterações, mais concretamente na obtenção de pareceres das diversas entidades, que implicam cumprimento de prazos e que levam à morosidade na tramitação dos processos. -----

---- Deu nota ainda que a questão da falta de pessoal está a ser ultrapassada, e nomeadamente,

quanto à emissão dos alvarás, já estão mais duas pessoas a acabar a sua formação, na expectativa de ver o trabalho em dia nos próximos meses, no que diz respeito aos licenciamentos. -

----- Por último disse que tem sido uma situação difícil de gerir, mas temporalmente também não é muito pior do que noutros municípios e chegarão a bom “porto”. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

FALTA DE HABITAÇÃO NO CONCELHO: -----

----- A *cidadã Daniela Cordeiro* disse que vinha falar do seu problema, que é um problema comum a todos os jovens, quando querem sair da casa dos pais, mas não conseguem. A sua primeira hipótese seria a compra de habitação, mas não consegue amealhar os 10% necessários para fazer o empréstimo e nesse sentido disse que gostaria de saber da possibilidade de a Câmara Municipal isentar as taxas do IMT, aquando da aquisição de casa, pelo menos aos jovens, para dar uma oportunidade para conseguirem começar a sua vida. -----

----- No que se refere à possibilidade de arrendamento, todos sabem que Torres Vedras tem rendas altíssimas, situando um T2 facilmente em €600,00 e mesmo a possibilidade de concorrer ao Porta 65 - Jovem, é inviabilizada porque a renda máxima admitida no Município de Torres Vedras para imóvel de tipologia T2 e T3 é de €523,00. -----

----- Concluindo salientou que gostaria de começar a sua vida familiar, mas não pode dar esse passo sem ter uma casa, deixando à atenção do município este problema que a transtorna. -----

----- A *presidente da Câmara* concordou que a habitação jovem é realmente um problema, mas ainda de manhã tinha reunido com os presidentes de junta, promotores imobiliários e IPSS para fazer um levantamento com vista à elaboração da Carta Municipal de Habitação do concelho de Torres Vedras, porque estão de facto numa situação de encruzilhada já que a habitação é difícil para os jovens, mas não só, também é para as pessoas com menos rendimentos, e pretendem arranjar algumas alternativas, pois a estratégia local de habitação dará algumas respostas, mas é curto. Nesta fase não pode dizer que vão fazer a isenção do IMT, mas assegurou que esta é uma preocupação na agenda do município. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – ALCATROAMENTO - -----

----- O *cidadão João Alves* começou por dizer que já anteriormente veio ao plenário alertar para este assunto, tendo recentemente tido conhecimento pela comunicação social que a taxa de RSU vai ter em 2023 um aumento de 25%, mas continuam com o mesmo problema, ou seja, deposição indevida de “monstros”, resíduos de obras espalhados pelas matas do concelho e lixo fora dos contentores, lamentando também que, apesar da Estação de Transferência e Ecoponto da Paul, anunciada pelos responsáveis dos SMAS como fator para poupança neste serviço do município, já se encontrar em funcionamento, as taxas continuam a aumentar. -----

----- Acrescentou que o município deve seguir o caminho da sensibilização de cidadania e reforço da educação ambiental, de modo a levar os cidadãos a fazer a recolha seletiva e depositar os resíduos nos lugares próprios para o efeito.-----

----- Deu nota ainda que a referida estação não veio colmatar os problemas uma vez que não recebe resíduos de pequenas obras, que acabam por ser depositados nas matas, situação que há muito tem vindo a alertar à junta de freguesia e aos SMAS.-----

----- Referiu ainda que não deixa de ser verdade que a Valorsul cobra valores mais elevados pela inceneração, mas também é verdade que ainda há muitas zonas sem ecopontos, que devem ser reforçados particularmente nas zonas industriais, e se todos pagam, todos têm que agir de forma a reduzir o impacto.-----

----- Agradeceu o trabalho notório que a Câmara Municipal tem feito no alcatroamento das vias nas aldeias do concelho e enalteceu a aposta cada vez mais inteligente na vertente cultural que ajuda a alavancar toda a população.-----

----- O **presidente da Mesa** agradeceu ao cidadão pela militância continuada e pela pedagogia que imprime às suas intervenções.-----

----- A **presidente da Câmara** subscreveu estas palavras pelo interesse que refletem quanto às questões da comunidade, mais concretamente no que se refere à sustentabilidade, respondendo que a educação ambiental da autarquia ao longo dos anos tem sido boa junto das escolas, o que tem levado ao aumento da literacia ambiental dos jovens, como se pode aferir através dos diversos prémios que têm recebido. Relativamente aos adultos ainda se nota muitas falhas na recolha seletiva, porque não reciclar é mais fácil, sendo difícil mudar esta mentalidade, que a seu ver só irá ser ultrapassada se pagarem valores muito substanciais o lixo que produzem, através de um sistema que quantifique o lixo indiferenciado de cada um.-----

----- Deu a conhecer que já existe um projeto piloto nesse sentido, que espera poder implementar já no próximo ano e concorda que a formação e sensibilização referida pelo cidadão é importante.

----- Por último manifestou a sua satisfação pelo agradecimento quanto ao alcatroamento dos arruamentos e estradas do concelho, onde este ano já investiram mais de €3.000.000,00, mas sabe que continua a haver imenso para fazer.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Período de antes da Ordem do dia:-----

LEITURA DE CORRESPONDÊNCIA:-----

----- O primeiro secretário António Fortunato leu a correspondência recebida pela mesa, tendo sido numerados e rubricados três documentos, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

DOCUMENTO 1:-----

LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO DO MANDATO:-----

----- E-mail de Tomás Horta Lourenço, de 9/11/2022, a requerer o levantamento da suspensão ao mandato que tinha solicitado até ao fim de fevereiro do próximo ano, pelo facto de já se encontrar em Portugal, mais cedo do que originalmente previra, encontrando-se disponível para retomar o seu trabalho na Assembleia Municipal, na qualidade de membro eleito pelos munícipes.-----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 2:-----

----- E-mail de Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, de 6/12/2022 a informar que não poderá comparecer à sessão prevista para os dias 14 e 15 de dezembro, solicitando a sua substituição, tendo sido convocado para o efeito Artur Alexandre Santos Narciso.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:-----

DOCUMENTO 3:-----

----- Comunicação de António Augusto Ferreira dos Anjos, de 14/12/2022 a solicitar a justificação da sua falta à sessão, por motivos de saúde.-----

----- Ainda sobre a composição do plenário, o presidente da Mesa informou que o deputado municipal Renato António Cabral Rodrigues Monteiro justificou a sua ausência na sessão por motivos de trabalho.-----

----- A Assembleia apreciou o pedido de levantamento de suspensão e tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

AMBIENTE:-----

----- O *deputado municipal* **Francisco Corvelo** começou por assinalar que se atentarem ao número de galardões e à propaganda daí de corrente, são levados a crer que o concelho é um verdadeiro éden ambiental e muito satisfeitos ficariam que assim fosse, contudo apelou que desçam à realidade.-----

----- Nesse propósito lembrou que em tempos recentes foram lançados ao rio Alcabrichel espécies de Ruivacos do Oeste, só possível pelas operações de limpeza e conservação ambiental deste rio, mas continuam a assistir a atentados ambientais, mais concretamente na Ribeira Vale da Pia, que atravessa o Ramalhal poluída com tintas de empresas de automóveis e também com excrementos de animais de uma propriedade ao lado da Cerâmica Torreense. Também no Ramalhal a ribeira que vem da Valouro, poluída com óleos e detritos de lavagem de camiões e afins; na Etar do Maxial, que recebe os dejetos da Abrunheira que não tem saneamento de águas pluviais e quando chove envia as mesmas conjuntamente com as residuais para a ETAR, que não tendo capacidade de armazenamento e como o volume é demasiado, as envia para o rio Alcabrichel sem qualquer tratamento.-----

----- Prosseguiu referindo que assistem à deposição de plásticos e de esferovites provenientes da agricultura que por não existirem alternativas de colocação destes materiais para reciclagem vêm para ao rio, seguindo depois para o mar onde posteriormente se concentram sobretudo na praia da Corva, registando-se já bastantes casos de espécies animais mortas por ingerirem esses plásticos e aglomerados e se esta praia também é conhecida como a Praia das Conchas, vai a caminho de se chamar a breve trecho a “praia dos esqueletos”. -----

----- Acha que é um atentado e uma vergonha ambiental que a todos deveria envergonhar.-----

----- Referiu-se de seguida ao que se passa a nível da falta de tratamento dos esgotos do Hotel Golf-Mar com uma ETAR a escassos metros, ou seja, existem condições técnicas possíveis para a canalização para a mesma e que é uma prova do modo como está a ser tratado o nosso ambiente.-----

----- Por último disse que o PCP sabe da acusação de serem sempre os mesmos a falar neste assunto, mas como até justificações de ordem jurídica (que afinal não correspondiam à verdade na sua totalidade) tem servido para nada se fazer, reafirmam que continuarão de forma insistente e persistente a falar neste assunto até que o mesmo esteja definitivamente resolvido e acreditam piamente que algum dia o bom senso prevalecerá. -----

----- Relativamente ao “éden” ambiental a **presidente da Câmara** respondeu que não conseguem chegar assim tão próximo do “éden”, mas têm muitas preocupações, que serão de certeza as do deputado porque todos dependem para viver da preservação do meio ambiente que os circunda, e é da responsabilidade de todos de cuidar.-----

----- No que se refere à ETAR do Hotel Golf Mar, na realidade ao longo do tempo tem sido uma preocupação que tem monitorizado através da realização de testes em 10 locais diferentes para verificar a existência de descargas para o rio, mas neste último ano, nas três vezes que foram feitas as análises, não se detetou nada. Assegurou ainda que há informação da Águas Tejo Atlântico a comprovar que a ETAR está a funcionar, que depreende ser credível.-----

----- Da mesma forma, no que concerne aos rios, também tem havido análises e não foram detetadas descargas no último ano e quanto aos ruivacos, informou que estão no Aquário Vasco da Gama, porque durante o verão, como todos sabem, tiveram um nível de água muito baixo nos rios, aguardando que os caudais passem a ter água suficiente para serem devolvidos na altura certa, o que acontecerá em breve.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EVOCACÃO A ATLETAS DO SCUT NO BADALADAS: -----

----- O *deputado municipal António Carneiro*, começou por dizer que tinha pensado propor um voto de pesar por 2 atletas do torriense que recentemente faleceram, mas, entretanto, apercebeu-se que outros foram ficando pelo caminho, sem o ter feito e assim a sua intervenção servia

sobretudo para agradecer ao Badaladas por ter feito a evocação de 2 extraordinários atletas e cidadãos e para lembrar a equipa fabulosa que os levou à 1.ª divisão em 63/64. -----

----- Desta forma saudou o Carlos António, o Lires o Zé da Costa, o Bezerra, o Narciso e por último José Gonçalves e o João Mergulho, gente que aqui se radicou e viveu enquanto torrienses.

----- Relevou que faz esta evocação, não citando todos os nomes, mas lembrando todos aqueles que, fizeram parte da glória do clube e ao longo destes anos partiram, agradecendo ao Badaladas o trabalho que fez para os lembrar.-----

----- Relativamente ao Jornal Badaladas, que na sua opinião, é um espaço de comunicação, extremamente aberto e de diálogo muito interessante, manifestou a sua profunda preocupação com a sua sobrevivência, pois a tiragem do Badaladas é pequena e não sabe quantos anos mais se aguentará, lembrando de ter já lançado o repto ao plenário no sentido de todos serem assinantes do semanário, que é de facto uma página aberta a todos e é o exemplo de uma sã democracia há muitos anos.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AGENDA CULTURAL DO MUNICIPIO DE TORRES:-----

----- O *deputado municipal António Carneiro* interveio no sentido de felicitar a Câmara Municipal pelo extraordinário trabalho que tem vindo a fazer em termos de animação cultural, neste particular à vice-presidente que tem esta área, pelas Festas de Torres Vedras, que contou com muitos eventos, dos quais salientou “Os Acordeões do mundo” que teve 18 concertos dispersos por todo o concelho, repletos de artistas profissionais muito bons. -----

----- Salientou ainda o lançamento do documentário “Vinho e sangue da terra”, a Temporada D`Arcos, exposição de máscaras, Festival das Vindimas, tasquinhas, vários concertos no centro histórico e desfiles de Natal por freguesias aproveitando para registar um agradecimento e voto de estímulo às inúmeras coletividades, juntas e empresas que se associaram a estes movimentos. ---

----- Por último expressou uma felicitação especial, pela descentralização das atividades e sobretudo pelas celebrações natalícias, que fazem deste município, um município extremamente vivo e que o faz perguntar quantos mais municípios no país poderão apresentar uma agenda cultural como esta. -----

----- A **presidente da Câmara** enfatizou que a descentralização tem sido uma estratégia no trabalho do município a nível da cultura que tem dado resultados, é um caminho que lhes agrada e que só acontece porque há grande investimento por parte da autarquia quer de recursos humanos, quer financeiros para que se possa concretizar. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ACESSIBILIDADES RODOVIÁRIAS – A8/LIGAÇÃO DA ÁREA EMPRESARIAL DAS PALHAGUEIRAS/SANTA CRUZ (ESTRADA PARA O LITORAL), VIAS CIRCULARES À CIDADE

E REESTRUTURAÇÃO DA CICLOVIA:-----

-----O *deputado municipal* **António João Bastos**, começou por lembrar que na sessão anterior falou na ligação entre a zona das agroindústrias e a A8 e a restante rede de estradas, tendo solicitado à autarquia para estudar uma alternativa, entroncando a ligação na zona do Casal Meirinho, porque ficou com a ideia que a equipa só iria estudar o corredor indicado pela Câmara Municipal, na zona da Quinta de Paio Correia. -----

-----Na altura foi apontada a impossibilidade dessa ligação, mas ainda bem que é possível e que o Executivo em boa hora aprovou a opção mais a sul, como pelo PSD sugerido e que serve muito melhor o concelho. -----

-----Reforçou que é na senda desta oposição construtiva que o PSD procura dar ideias alternativas que merecem ser consideradas, lembrando ainda que em situações anteriores a Câmara aceitou sugestões do PSD, sendo exemplo disso a inclusão de mais uma faixa entre rotundas na EN9, assim como no Choupal, inicialmente previsto com 2 faixas e passou a 3 para poder escoar o trânsito de poente para norte e fica contente que vezes as suas intervenções na Assembleia Municipal sejam ouvidas. -----

----- Também sobre este assunto interveio o *deputado municipal* **Jorge Santos** no sentido de se congratular com a decisão tomada pela Câmara Municipal, que se traduziu na colocação de duas faixas de rodagem em cada sentido, na ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras, tendo valido a pena a insistência nesta matéria, porque contribuiu para uma mudança de opinião e quem ganhou foi o concelho e os torrienses. -----

----- Com efeito, uma faixa para cada sentido, com inclusão de via de lentos, era uma solução que o UTV sempre considerou insuficiente e desadequada, face às reais necessidades e aspirações do concelho tendo sido estas razões que mantiveram a ambição de lutar por um traçado de duas vias, bem como pela realização do estudo e projeto de ligação da área empresarial das Palhagueiras a Santa Cruz, permitindo um “T” de ligação e centralidade; um trunfo para o litoral, em termos económicos. -----

-----Entendem que a autarquia deve – tem que - avançar para este estudo, aproveitando as sinergias resultantes dos trabalhos que estão a ser realizados para a execução do troço A8 – Área Empresarial das Palhagueiras, recorrendo aos fundos comunitários e à execução do “PRR”, que termina já em 2025, lembrando a este propósito, que esta proposta foi apresentada pelo UTV na reunião de câmara de 4 de janeiro de 2022, ou seja, quase há um ano. -----

-----Acrescentou que, ao invés do que foi dito, este projeto deve ser prioritário e não deve subalternizar-se o turismo e o comércio do concelho. A estrada não é para “veraneantes”, como a edil sugeriu, mas antes, para promover, desenvolver sustentadamente e possibilitar melhores condições às empresas e a quem quer investir no concelho, alavancando uma indústria geradora

de riqueza e de postos de trabalho, como é a do turismo, pois hoje, a distância mede-se em tempo, e não em quilómetros. -----

----Falando em mobilidade, recordou que, em determinadas horas do dia, o trânsito da cidade está caótico e para o UTV é urgente efetuar os projetos das vias circulares à cidade e desviar o trânsito do centro, assim como reformular alguns troços da ciclovia que só vieram entupir as principais vias de acesso à cidade. São 100% a favor das ciclovias, mas entendem que devem ser corrigidos alguns traçados urgentemente, é necessário repensar o trânsito dentro da cidade, e rever sentidos de trânsito em determinadas vias, estando o UTV disponível para colaborar. -----

----Na senda desta intervenção, que considerou muito importante o *deputado municipal Pedro Castelo* disse que consultou o Plano Rodoviário Municipal que remonta a 2006, nada foi feito depois da construção da Av. Poente. Ficaram à espera que todo aquele viaduto que vem pelas Marvãs fosse feito, mas após 16 anos não há nenhuma expectativa que venha a ser executado, sabendo-se como o trânsito está em Torres Vedras. -----

----O *presidente de junta da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões Nuno Cosme* também manifestou a sua satisfação com a conclusão do projeto da A8 – Alto da Esteveira/Palhagueiras, há muito desejada por todos os empresários ali instalados do setor agroalimentar. -----

----Realçou a alteração do projeto vindo ao encontro de todos, visto estar mais perto do nó do Ameal/autoestrada e o facto de esta obra tirar grande parte do trânsito das vilas e aldeias, o que agrada a todos os que coabitam nessas localidades.-----

----Realçou ainda que terá uma ligação à variante de A-dos-Cunhados que está em fase de conclusão e que a criação desta ligação com duas vias em cada sentido traduz uma visão de futuro, que é já amanhã, e será muito útil para o concelho de Torres Vedras, principalmente para a freguesia que preside no entendimento que devem estar sempre ao lado dos empresários pois a principal atividade económica do concelho encontra-se ali sedeada. -----

----Assim expressou os seus parabéns ao Executivo Municipal, por este passo tão importante, ficando a aguardar o passo seguinte, ou seja, a obra.-----

----A *presidente da Câmara* salientou que são unânimes quanto a este traçado, desviado daquilo que era o espaço canal inicial, que se encontrava considerado no atual corredor do Plano Diretor Municipal e que entroncava na EN8-2 no local previsto no Estudo IC11 entre Peniche e Torres Vedras e ao facto de ter 2 vias para cada lado.-----

----Salientou ainda que a aprovação desta solução só foi possível após parecer da Infraestruturas de Portugal sobre a ligação e condicionantes da mesma, tendo sido elaborado um novo estudo que serviu de base à alteração do traçado e às duas vias, que sempre lhes pareceu natural, mas na realidade, antes, não tinham nenhum estudo que lhes permitisse aferir essa viabilidade. -----

----Deu nota ainda que se trata de um projeto candidatado a PRR, e só existe porque foi inscrito

com o fundamento de servir uma zona empresarial, o que nunca seria possível se fosse para servir Santa Cruz. A partir daqui ficam com metade da via que leva a Santa Cruz feita e haverão de fazer o resto do caminho. -----

----No que concerne ao trânsito, tem noção dos constrangimentos e de situações mais complicadas em algumas horas do dia nas entradas e saídas da cidade e por isso já abriram rubrica no orçamento para tentar fazer alguns estudos relativamente às vias envolventes. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

6.ª EDIÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: -----

----A *deputada municipal Ana Cristina Umbelino*, interveio no sentido de dar nota da conclusão da 6.ª edição do orçamento participativo de Torres Vedras, que permitiu a implementação de projetos que os cidadãos escolheram como prioritários nas suas freguesias, onde participaram 321 pessoas e foram submetidos a votação 40 propostas.-----

----Deu nota ainda que no próximo ano o orçamento participativo integrará a Ideia Jovem, que visa estimular esse segmento populacional a participar. -----

----Frisou que o orçamento participativo é um instrumento de democracia participativa que implica os cidadãos na resolução de programas do seu território e assim expressou parabéns a todos os intervenientes desde às associações que acolheram as sessões participativas, a cada cidadão individualmente, à Câmara Municipal e às juntas de freguesia, por todo o trabalho e interesse desenvolvido no processo.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ANIMAÇÃO DE NATAL: -----

----A *deputada municipal Marta Geraides*, disse que vinha parabenizar pela animação deste ano, na senda do que tem feito desde que é deputada municipal, e sobre a qual já foi dura e muito crítica, nomeadamente quanto à iluminação e agenda de eventos, mas o caminho tem sido evolutivo e positivo, as ruas este ano estão muito bonitas e mesmo com o comércio tradicional fechado há pessoas na rua a circular a pé como não se vê noutras alturas do ano. Salientou, em particular, o trabalho feito no Jardim da Graça, quer a nível da iluminação, quer com a instalação do Mercadinho de Natal, deixando como sugestão de melhoria acrescentar no próximo ano bancas de comida e bebida.-----

----Sobre a iluminação deixou a nota que em alguns locais os ornamentos estão demasiados baixos o que dificultam a passagem dos camiões de RSU, levando-os a executar manobras complicadas para as contornar. -----

----Também sobre a iluminação pronunciou-se o *deputado municipal Pedro Castelo* elogiando a mesma, pois torna a cidade mais apelativa considerando excelente a opção de incluir decoração no Obelisco do Jardim da Graça, que o valoriza, bem como de instalar neste jardim o Mercado de

Natal que conta com 16 espaços rotativos, deixando votos que esta aposta seja para continuar se possível alargada a mais espaços para 2023, porque traz dinamismos e outros benefícios à cidade, sobretudo ao comércio local, mas também a todos os torrienses. Acrescentou que gostou também muito da decoração do garrafão que se encontra junto ao Mercado Municipal. -----

----A **presidente da Câmara** agradeceu os elogios à iluminação e atividades de natal, que correspondem, de uma forma geral, à aprovação de todos pois está de facto melhor que em anos anteriores sendo este o caminho que pretendem prosseguir. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO:-----

----A *deputada municipal Susana Neves* assinalou que toda a aceleração da sociedade, as variáveis macroeconómicas, na base de uma pandemia que vivem e também agora um contexto de guerra que infelizmente a todos inevitavelmente está a afetar, os fluxos migratórios, a própria inversão da pirâmide etária, as alterações climáticas, as alterações das redes familiares, e nestas a própria composição e a radiografia dos agregados familiares, constituem alavancas de base para a elaboração da Carta Municipal de Habitação, e o grupo municipal do PS revê-se no trabalho do seu Executivo, no relativo a esta matéria. -----

----Referiu que a política municipal de habitação há muito que responde com uma oferta pública de habitações municipais em regime de arrendamento apoiado, por via do programa municipal de habitação social e até recentemente alargado com as habitações do PEDU na Encosta de S. Vicente. -----

----Acrescentou também que o arrendamento privado, mediante critérios legíveis, o próprio programa de comparticipação de obras de reparação em habitações degradadas a pessoas e famílias de baixos recursos económicos e em contexto de dependência e várias delimitações de reabilitação urbana, abrange já cerca de metade do tecido edificado do concelho por via de benefícios e incentivos fiscais a obras de reabilitação. -----

----Reforçou que numa sociedade desenvolvida como a nossa, o acesso à habitação não se pode constituir como adversa para pessoas e famílias que querem criar raízes no concelho de Torres Vedras, nem para os atuais e futuros estudantes ou afiliva para muitos jovens, tal como a jovem que hoje ouviram e para muitas famílias numa difícil condição económica. -----

----Defendeu ainda que querem e lutam por uma comunidade inclusiva, querem acabar com a deslocação de residentes com menor poder económico para outro lugar só para deixar entrar residentes com maior poder económico, aliás é esse o próprio objetivo da ONU, ou seja, que o governo central e as autarquias locais construam cidades sustentáveis reduzindo as desigualdades no acesso às condições de vida, inerentemente ao acesso à habitação, porque desse modo erradicam diretamente a pobreza e melhoram o índice de desenvolvimento humano

dos torrienses. -----

----Prosseguiu indicando que estão a fazer um instrumento que tem na sua base uma metodologia muito prática, participativa, próxima das pessoas, térrea e muito humanista que começou já a desenhar-se logo após a aprovação da estratégia local da habitação que já teve uma 1.^a apresentação pública, precisamente neste espaço, no dia 6 deste mês e hoje mesmo como disse a edil, houve uma reunião com atores da economia social para fazer levantamento de potencialidades urbanísticas.-----

----Por último salientou que a Carta Municipal de Habitação ainda pretende ir mais longe pois estão neste momento a auscultar os torrienses sobre situações de contexto habitacional insalubres, número de famílias que precisam de ser realojadas, diagnóstico de carências concretas, número de agregados familiares em necessidades de realojamento, edifícios abandonados, degradados, devolutos e em simultâneo identificar potencialidades urbanísticas para devolver a quem de direito, quer em termos de qualidade, quer em termos de quantidade habitacional, porque de facto a habitação é um princípio básico de vida e por isso congratula todo este trabalho.-----

----O *deputado municipal **Pedro Castelo*** disse que esteve presente na apresentação pública em causa onde poucas pessoas estavam presentes e solicitou à deputada a intervenção que leu pois o que disse é extremamente importante, mas também gravoso, pelo que gostaria de seguir com atenção o que foi dito.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SAÚDE NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

----A *deputada municipal **Andreia Caldas*** começou a sua intervenção referindo que o UTV nunca acreditou ou acredita em soluções mágicas, únicas ou milagrosas face aos desafios que se colocam à gestão da saúde na cidade e nas freguesias de Torres Vedras. Ao contrário, acreditam na inteligência de soluções multifacetadas, várias medidas em simultâneo, alinhadas em metas comuns, com um calendário e uma visão coerentes, claros e com a determinação também clara sobre o que se pretende.-----

----Também acham que a Câmara Municipal querendo realmente usar a sua autoridade de guardião primeiro da saúde da população do Concelho, deve adotar um conjunto de iniciativas.----

----Assim, quanto ao Hospital do Oeste e na sequência da visita que o Senhor Ministro da Saúde já fez ao Concelho, inferem que é da maior urgência que a Câmara Municipal de Torres Vedras saiba exigir ao Governo um plano concreto de execução, calendarizado, para a construção do novo hospital do Oeste, pois o atual encontra-se tecnologicamente desatualizado, com condições físicas degradadas e sem capacidade de expansão. -----

----Com esse fim o UTV propôs a inscrição de uma verba no orçamento municipal para permitir

executar rapidamente essa obra e a senhora Presidente tendo por boas as razões apresentadas, aprovou a inscrição de uma verba de €300.000,00 no orçamento de 2022, montante que seria bastante para tornar realidade o alívio do atual hospital, porém, surpreendentemente nada fez para a executar voltando atrás na decisão e, já sem qualquer surpresa, estão no mesmo ponto em que estavam há 1 ano atrás, ou melhor dizendo, estão pior, ou seja, mais pressão, mais pessoal médico e auxiliar a deixar o Serviço Nacional de Saúde, degradação contínua da qualidade dos serviços prestados à população, quer na cidade quer nas freguesias do concelho e médicos nas Unidades de Saúde Familiar sem solução à vista. -----

----- Nesse sentido, insistem na urgência da reabilitação de parte do antigo Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior – maior edifício público do concelho – para onde deverão ser deslocalizadas valências como serviços administrativos e consultas externas para libertar urgentemente espaço no atual hospital. -----

----- Insistem que só um conjunto de medidas, integradas, poderá garantir a qualidade dos serviços de saúde prestados, até o novo hospital do Oeste ser construído e conforme proposto pelo UTV, é essencial aproximar os cidadãos dos serviços de saúde, investir na literacia e na informação, nos rastreios e na prevenção. Cuidar da saúde, em vez de estar constantemente a cuidar só da doença, como insistem em lhes dizer os valorosos profissionais de saúde que vão sendo o disfarce para a falta de qualidade das sucessivas decisões políticas, quer ao nível central, quer ao nível local. -----

----- Perante o exposto defendem que as principais medidas sejam: o reforço dos cuidados de saúde primários (centros saúde alargados: mais valências, unidade de diagnóstico, unidade de tratamento, etc.); Promover equipas de saúde alargadas (por cada médico, um enfermeiro e um administrativo); Gestão focada na eficiência e na qualidade da prestação dos cuidados primários; chefias dos ACES flexíveis e com abertura para discutir e aplicar soluções; Criação de espaços de educação e prevenção da saúde; Investir na implementação de projetos que interliguem várias dimensões (saúde, desporto, ambiente, cultura, território e identidade) com o objetivo primordial de prevenção da doença e promoção da saúde e do bem-estar dos munícipes. -----

----- Numa retrospectiva histórica, e atenta a informação prestada a **presidente da Câmara** lembrou que o Hospital do Barro foi encerrado pelo ministério da saúde, e então quando ainda não havia ideias para o imóvel o ex-presidente da Câmara Carlos Bernardes falou com a administração do CHO para que ocupasse o espaço, o que foi recusado e mais tarde surgiu a oportunidade de celebrar um memorando de entendimento entre Município de Torres Vedras e Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa com vista à criação de um equipamento de referência, no antigo Hospital José Maria Antunes, denominado “Torres Vedras Health Park for Multidisciplinary Care” -----

-----Deu nota ainda que transitoriamente, poderia haver algum espaço do antigo hospital do Barro que podia ser alocado ao Hospital de Torres Vedras, havendo necessidade de fazer algumas obras, mas sabem que não é uma situação transitória, porque se prolongará até à construção do NHO, que, reafirmou, não estará pronto antes de 10 anos.-----

-----Assim perante o compromisso existente com a Faculdade de Medicina, e de terem oportunidade de poderem ter um espaço importante em termos da projeção de Torres Vedras no âmbito da saúde e do turismo da saúde, não vão ocupar o espaço durante não sabe quanto tempo. Contudo disponibilizou-se para arranjar espaços alternativos e arranjou, pelo que não se trata de não haver espaços e neste momento já tem uma planta disponibilizada pelo Conselho de Administração do CHO a indicar as necessidades para o espaço que propôs, e estão a avaliar financeiramente se as alterações são viáveis para depois negociar com o Ministério da Saúde, porque não é a autarquia que tem a responsabilidade de fazer investimentos vultuosos para que hospital tenha melhores condições.-----

-----Reafirmou que querem que o Hospital de Torres Vedras tenha melhores condições e não desiste de negociar junto da tutela sendo algo que está a ser tratado.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FALTA DE HABITAÇÃO NO CONCELHO:-----

-----A *deputada municipal Andreia Caldas* a propósito da intervenção da cidadã Daniela Cordeiro sobre o assunto em título deu nota que a UTV apresenta propostas nas reuniões do Executivo como o “Selo de Juventude” e no dia 29 de março fizeram a proposta n.º 13, que visa “garantir a isenção de impostos municipais como o IMI e IMT, durante períodos alargados na aquisição de habitação própria para um público-alvo dos 18 aos 35 anos, garantindo ainda a redução do custo da água.”, esperando serem ouvidos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MUNDIAL DO CATAR 2022 – MIGRANTES:-----

-----O *deputado municipal Tomás Lourenço* fez a seguinte intervenção que se transcreve na íntegra:-----

-----“O futebol é indissociável da cultura popular portuguesa. E não apenas no nosso país. A história do desporto confunde-se, necessariamente, com a história do mundo. Mais do que um momento em que, durante 90 minutos, espectadores de diferentes clubes fazem uma trégua nas suas rivalidades, sobretudo a seleção nacional de futebol masculino é um elemento agregador de comunidades. Quer no nosso país, quer para os milhares que, emigrados, aproveitam um jogo de futebol como quem recorda uma fotografia de um familiar que há muito não visita.-----

-----O desporto foi se modificando. As regras evoluíram, os campeonatos nacionais proliferaram um pouco por todo o mundo. Foram sendo criadas federações nacionais, associações regionais e

organizações internacionais responsáveis pela regulação do desporto, como a FIFA que, em 1928, decidiu criar um torneio entre as federações nacionais que da associação faziam parte. Nasceria o primeiro mundial, disputado a 1930 no Uruguai. -----

----A escolha, em 2010, do Catar como país anfitrião do Campeonato do Mundo de 2022 assentava numa mensagem de esperança, de renovação e de multiculturalismo, segundo a organização. Pela primeira vez, o Mundial seria organizado no Médio Oriente.-----

----A população do Emirado do Catar é composta por cerca de 3 milhões de habitantes dos quais 90% são trabalhadores migrantes. Oriundos da Índia, Paquistão, Nepal, Bangladesh e Sri Lanka, são nos seus países de origem recrutados por agências de emprego – com conluio governamental – que lhes prometem salários elevados, mudanças de vida, e a oportunidade de fazerem parte da opulenta sociedade do Golfo Pérsico. Este esquema, usado pelo Catar para a construção dos seus estádios, tem o nome de Sistema Kafala, e não é seu exclusivo. É prática comum entre os países da região, muito utilizado nos sectores da construção e trabalho doméstico.-----

----O sistema exige que todos os trabalhadores entrem no país através destas agências de emprego (ou patrocinadores) que ficam responsáveis pelo visto e estatuto legal dos migrantes, através do pagamento de avultadas quantias monetárias. Chegados ao destino e já endividados, são deslocados para zonas habitacionais degradantes onde vivem amontoados, como objetos. As promessas salariais nunca se materializam, ficando estes trabalhadores eternamente dependentes dos seus patrões sem os quais nunca conseguirão sair do país pelo facto de não lhes ser reconhecido qualquer tipo de direito constitucional. A FIFA conhecia este sistema e ainda assim escolheu ser parte do problema. -----

----Um sistema semelhante tem sido ensaiado um pouco por toda a Europa. Registando hoje perto de 5.000 migrantes, Torres Vedras não lhe é alheio. Pelas características endógenas do nosso concelho, grande parte daquilo que é exportado no Oeste tratam-se de bens agrícolas, vinícolas, hortícolas e frutícolas, principalmente, fundamentais para a economia da região. -----

----Sabemos que a agricultura há muito deixou de ser um setor atrativo para os locais, tanto pelas jornadas de trabalho fisicamente extenuantes, bem como pelos baixos salários que são praticados. A verdade é que os produtos necessitam de ser escoados, obrigando grande parte das empresas a recorrer a agências de trabalho semelhantes - que veem na região da Ásia Meridional uma forma fácil de arrecadarem avultadas quantias à custa do desespero e miséria das populações.-----

----Estes migrantes são fundamentais para a existência de ritmos de crescimento económico positivos. São eles quem vão preencher vagas de emprego pouco atrativas, sem as quais tais bens alimentares não chegariam às grandes superfícies. Não só, o acolhimento de migrantes significa o renovar de uma sociedade envelhecida, o robustecimento da Segurança Social através

de um aumento do número de contribuintes, e um desígnio previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paradoxalmente, aqueles partidos nacionalistas, defensores dos “reais interesses da nação”, ao reclamarem uma política de portas fechadas, nada mais fazem senão contribuírem para o empobrecimento económico do país – um fenómeno que a Inglaterra pós Brexit começa a sentir.-----

---- Por isso, é fundamental apertar o controlo sobre quem abusa e explora os trabalhadores, pois todo este complexo sistema de abusos laborais acontece connosco na plateia. Estamos a ser parte do problema quando escolhemos fazer comentários sobre o tom de pele de alguém, sobre o jeito e formas de se comunicarem, ou quando defendemos um patamar mínimo de direitos para estas pessoas achando que o básico, em Portugal, é mais do que suficiente. Estas nada mais são do que teorias preconceituosas justificadas muito mais na nossa ignorância e medo do desconhecido, do que numa análise fria, séria e racional dos dados. -----

---- Para haver Mundial, o preço a pagar foi caro. Estima-se que mais de 6.500 trabalhadores tenham morrido durante a construção dos estádios. Gente para quem o sistema capitalista vigente tem sido particularmente duro.-----

---- Um sistema que insiste numa ótica meritocrática daquilo que é a mobilidade social onde a vontade própria tudo consegue, aliada à capacidade de trabalho e a uma dose de empreendedorismo, para alguém vingar na vida. Um sistema ingrato que esqueceu - e esquece todos os dias - as vítimas do mundial de futebol bem como aqueles que diariamente alimentam as nossas famílias. E a História não as esquecerá. -----

---- O Grupo Municipal do Partido Socialista.”-----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* comungou inteiramente desta intervenção, por ser preocupante o que o deputado referiu sobre os migrantes, e considerando que esta é uma boa missiva para remeter ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República e ao 1.º Ministro, já que infelizmente foram o país mais representado, do ponto de vista diplomático, no evento. -----

---- A *presidente da Câmara*, elogiou a intervenção do deputado, mas lamentou que só agora com o mundial a decorrer, se tenham lembrado que o Catar é um país com estas características, pois quando o escolheram ninguém se preocupou e as condições nessa altura eram muito piores do que são hoje. Considerou importante que todos tenham presente esta realidade e que as gerações mais novas, alertem e lutem para que os direitos humanos sejam efetivamente direitos humanos, aqui ou em qualquer local. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REQUERIMENTO SOBRE A ESTRADA JUNTO AO CAC:-----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo*, interveio no sentido de questionar sobre a resposta ao

seu requerimento datado de 5/12 sobre o assunto em título.-----

----A **presidente da Câmara** informou que os documentos seriam disponibilizados no dia seguinte.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CAPELA MADRE DE DEUS DA ZIBREIRA:-----

----O *Presidente de junta da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões*, **Nuno Pinto** interveio no sentido referenciar um passo importante para o património municipal e da freguesia que preside, mais concretamente a assinatura protocolo de comparticipação no financiamento das obras de restauro da capela em título, no valor de €44.000,00, que teve lugar no dia 5 de dezembro último, no interior da capela, resultado de uma candidatura da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Luz da Zibreira, ao programa de equipamentos urbanos de utilização coletiva sub programa II, que terá o valor total de €90.000,00, apoiado em metade pelo Estado português.

----Agradeceu a presença da presidente de Câmara nesta iniciativa, onde estiveram também presentes os presidentes da CCDRLVT e da DGAL. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SERVICÓ MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL:-----

----Pedi a palavra o *presidente de junta de Freguesia da Ponte do Rol*, **Pedro Vaza** para enaltecer o trabalho eficaz e eficiente da proteção civil municipal, que correspondeu de forma muito célere às solicitações que fez para debelar os problemas que resultaram das grandes chuvadas da passa semana, na freguesia que preside.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Teve início o período da ordem do dia.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

----O presidente da Mesa colocou à votação a ata n.º 6 de 26 de outubro último, que foi aprovada, por unanimidade, por todos os membros presentes.-----

1 - FIXAÇÃO DE TAXAS:-----

1.1 - PROPOSTA N.º 35/CM/2022 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2022 A COBRAR EM 2023:-----

----Presente ofício número 6485, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 28/11/2022, a informar que o Executivo em sua reunião de 22/11/2022, deliberou, por maioria, propor a fixação da taxa do IMI em 0,35% para os prédios urbanos, respeitante ao ano de 2022 (a aplicar em 2023) e deliberou ainda, nos termos do artigo 112-A, do Código do IMI propor a redução da taxa, atendendo ao número de dependentes, assim: 1 dependente a cargo – € 20,00; 2 dependentes a cargo – € 40,00 e; 3 ou mais dependentes a cargo – € 70,00. -----

----Foi dada a palavra à **presidente da Câmara** que defendeu a manutenção da taxa de 0,35%

para prédios urbanos, tal como nos dois anos transatos quando foi reduzida pela situação difícil das famílias, uma vez que 2023 também não será favorável para o seu crescimento económico, tendo em conta as previsões de aumento da inflação que fará com que sejam confrontadas com cabazes alimentares bastante superiores e sobretudo com problema graves provenientes do aumento dos juros da habitação, mantendo igualmente a redução para os dependentes. -----

----- Acrescentou que a taxa de 0,35% implica um decréscimo no valor na receita anual do IMI a arrecadar pelo município de Torres Vedras, na senda do que ocorreu no ano de 2021 e 2022. -----

----- O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* assinalou que a proposta do Grupo Municipal do PSD iria submeter à mesa está em linha com as dos vereadores no Executivo, justificada em parte com alguns dos argumentos utilizados pela presidente da Câmara, ou seja o custo de vida, a inflação, os salários e os juros, mas também porque o município que vai ter um orçamento de 73 milhões, com as taxas fixadas de acordo com as propostas já aprovadas pelo Executivo, e assim poderia ceder parte da sua receita para que a qualidade de vida dos cidadãos torrienses possa ser melhor em 2023. -----

----- Disse ainda que a edil tem toda a razão no que concerne aos jovens, nomeadamente quanto às isenções, mas vê outro problema, referindo-se aos idosos sem ninguém a cargo que adquiriram casas há muitos anos, tendo em conta que não vai haver atualização das pensões e têm que pagar taxas de IMI volumosas, o que é uma situação a rever. -----

----- Proposta do Grupo Municipal do PSD referente à taxa variável de IMI respeitante aos rendimentos de 2022 a cobrar em 2023: 0,3%. -----

----- O *deputado municipal Rui Estela* disse que iria apresentar uma proposta comum às 4 taxas em discussão, em coerência com apresentado pelos vereadores do UTV no Executivo, três das quais (IMI, IRS e TMDP) coincidem com a proposta apresentada pela maioria socialista que foi aprovada, divergindo na derrama para a qual propõe a taxa de 1%. -----

----- Proposta do Grupo "UNIDOS Por Torres Vedras — Movimento Cívico - Redução de Taxas de Impostos Municipais: -----

----- “A atividade económica mundial está a passar por uma desaceleração ampla e mais acentuada do que seria esperado, com uma inflação mais alta do que a observada em várias décadas. A crise do custo de vida, o aperto das condições financeiras na maioria das regiões, a invasão da Ucrânia pela Rússia e a persistente pandemia de Covid-19 pesam muito sobre estas perspetivas bastante negativas. -----

----- Portugal não é exceção. Com uma inflação acima dos 10%, com o custo dos alimentos a subir muito acima da inflação, com as taxas de juro a aumentarem significativamente, impondo uma grande subida das prestações bancárias, as famílias portuguesas vivem momentos difíceis que não serão amenizados nos próximos tempos. -----

----- Neste sentido, pode o Município de Torres Vedras ter um papel importante de auxílio às famílias torrienses, reduzindo algumas taxas de Impostos Municipais que são da sua responsabilidade. Todos os anos, a Câmara Municipal de Torres Vedras tem a obrigação de definir as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, lançar uma Taxa de Derrama e definir a participação variável de IRS. -----

----- Considerando que: -----

----- A Taxa Municipal de Direitos de Passagem não tem uma expressão significativa no Orçamento da Câmara; -----

----- A Taxa de IMI foi reduzida em 2021 para 0,35%; -----

----- A Taxa Variável de IRS se situa nos 5% e a receita deste Imposto tem crescido nos últimos anos, em média, cerca de 10%: mais 378 mil euros em 2021, e estima-se, mais 383 mil euros em 2022 e 421 mil euros em 2023; -----

----- A taxa de Derrama é de 1,5% sobre o lucro tributável, com um crescimento significativo da receita ao longo dos anos, com exceção do ano de 2021. Em 2022, o crescimento vai já em mais de 38% da receita, quando comparado com igual período, do ano anterior; -----

O Unidos por Torres Vedras — Movimento Cívico propõe: -----

----- Manter as Taxas de IMI e de TMDP; -----

----- Reduzir em 1,25% a Taxa Variável de IRS, fixando-a em 3,75%. Esta redução representaria uma quebra de receita no valor de cerca de 750 mil euros apenas em 2024, ficando a Câmara Municipal com uma receita idêntica à que terá no final deste ano, ou seja, mais de 4 milhões de euros; -----

----- Lançar a Derrama com uma Taxa de 1% sobre o lucro tributável, mantendo a taxa reduzida em vigor, 0,01%. Esta redução de 0,5% representa uma quebra de receita estimada em cerca de 800 mil euros, valor que ficará perto da subida deste ano. De referir que este valor pode variar consoante os resultados das empresas. -----

----- Consideramos que estas propostas são equilibradas e não colocam em causa as contas municipais uma vez que se mantém todas as outras Taxas, permitindo assim ajudar todas as famílias e empresas torrienses.” -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que num ano particularmente difícil para todos os portugueses, porque 2023 não será fácil pelo que ouvem falar e do que do senso comum conseguem antever, pensa que a Câmara Municipal podia fazer um esforço e reduzir até aos 0,3% que seria um valor possível e desejável. -----

----- Também numa análise global às taxas em agenda, o *deputado municipal Rui Prudêncio* disse que quando um Executivo que tem por obrigação apresentar um orçamento e nesse orçamento estão refletivas verbas de receita e quando essas são dinheiros públicos, aquilo que os

deve balizar é a responsabilidade de bem utilizar esses dinheiros, ou seja, ouviu várias propostas, mas no fundo o que lhes é apresentado pelo Executivo, com o qual concordam e aceitam é um equilíbrio entre o possível e o desejável mantendo as contas saudáveis da Câmara Municipal.-----

-----Todos gostavam de não pagar impostos, mas todos exigem das instituições públicas os investimentos que são necessários, sendo neste equilíbrio lhes são apresentadas estas propostas que tiveram em conta a difícil situação económica e financeira das famílias face a toda esta conjuntura internacional, pelo que, manter a taxa do IMI no valor que já vinha do ano anterior, reduzir substancialmente o IRS que se reflete diretamente no bolso das famílias no fim de cada ano, e manter a derrama também numa lógica de cativar investimento e aumentar a capacidade que o município tem de criar emprego e riqueza, são os argumentos que levam o grupo municipal do PS a aprovar as propostas do Executivo, até porque as mesmas estão refletidas no orçamento que irão discutir a seguir.-----

-----Quando ouvem da parte da oposição alteração a estes valores que iriam implicar redução da receita, também era interessante ouvirem dizer de onde é que no orçamento iriam retirar essa parte da receita e seria mais responsável esse tipo de proposta.-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* aproveitou para dizer que não era no investimento que se iria cortar, mas poupando em muito desperdício a nível da despesa, que não está visível no orçamento que lhes é apresentado, mas podia dar ao colega Rui Prudêncio muitos exemplos, que são certamente do seu conhecimento. -----

-----Encontrando-se o plenário devidamente esclarecido, o presidente da Mesa deu nota da metodologia a seguir e colocou à votação a proposta da Câmara Municipal (proposta A – % 0,35).

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 30 votos a favor, 2 abstenções e 6 votos contra, fixar a taxa do IMI em 0,35% para os prédios urbanos, respeitante ao ano de 2022 (a aplicar em 2023) e a redução da taxa do IMI a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes, assim: 1 dependente a cargo – € 20,00; 2 dependentes a cargo – € 40,00 e; 3 ou mais dependentes a cargo – € 70,00.-----

-----Face ao resultado, a proposta do PSD (proposta B – 0,3%) não teve aprovação.-----

-----Anota-se que se abstiveram Pedro Vaza e José Damas Antunes e votaram contra Pedro Castelo, Carlos Filipe, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, António João Bastos e Ana Fiéis. -----

1.2 - PROPOSTA N.º 36/CM/2022 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL NO IRS, RESPEITANTE AOS RENDIMENTOS DE 2022 A COBRAR EM 2023, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO: -----

-----Presente ofício número 6486, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/11/2022, a informar que o Executivo, em sua reunião de 22/11/2022, deliberou, por maioria, propor a este órgão deliberativo que a taxa variável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2022, (a cobrar em 2023), a que os municípios têm direito em cada ano, venha a ser fixada em 3,75%.-----

-----A **presidente da Câmara** deu nota que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS, tendo sido essa a proposta do Executivo que foi aprovada em 2022, contudo tendo em conta o que esta taxa impacta diretamente sobre as famílias de classe média, propõem a taxa de 3,75% para 2023, ou seja, baixar 1,25%, o que significa menos €700.000,00 de receita municipal, mas que fará muito mais proveito a cada uma das famílias.-----

-----O **deputado municipal Luis Carlos Lopes** declarou que também esta taxa podia ser reduzida, lembrando o anúncio que foi feito hoje pelo primeiro ministro sobre um apoio excepcional de €240,00 para algumas pessoas que obviamente não pagarão IRS, mas na classe média haverá ordenados estão estancados entre o médio e o mínimo e assim sem eleitoralismo, reduzir mais a taxa em prol de minimizar algumas situações difíceis de âmbito social que começam a surgir no concelho. -----

-----Concluiu que o ano de 2023 vai ser difícil, certamente com uma inflação grande, com nichos demográficos com muita dificuldade sendo esta a razão da proposta que apresentou e que a seguir se transcreve: -----

----- Proposta do Grupo Municipal do PSD referente à taxa variável de IRS respeitante aos rendimentos de 2022 a cobrar em 2023: 3%. -----

-----O **deputado Pedro Castelo** salientou a descida acentuada nesta taxa na proposta aprovada pelo Executivo e submetida ao plenário, com o qual se congratulam, mas o CDS acha que podiam fazer um esforço maior e ir mais além. -----

-----De seguida o presidente da Mesa deu nota da metodologia a seguir e colocou à votação a proposta da Câmara Municipal (proposta A - 3,75%). -----

-----Tendo presente a competência prevista na alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 30 votos a favor, 5 votos contra e 3 abstenções, fixar a taxa variável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2022, (a cobrar em 2023), a que os municípios têm direito em cada ano, em 3,75%.-----

-----Face ao resultado, a proposta do PSD (proposta B – 3%) não teve aprovação. -----

-----Anota-se que se abstiveram Pedro Castelo, Pedro Vaza e José Damas Antunes e votaram contra Carlos Filipe, Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, António João Bastos e Ana Fiéis. -----

1.3 - PROPOSTA N.º 37/CM/2022 - AUTORIZAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL, PARA LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, A COBRAR NO ANO DE 2023, SOBRE O LUCRO

TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS: -----

-----Presente ofício número 6487, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/11/2022 a informar que o Executivo em sua reunião de 22/11/2022, deliberou, por maioria, propor o lançamento de uma derrama, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, bem como a fixação da taxa reduzida de 0,01% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00.-----

-----A **presidente de Câmara** informou que mantém a proposta dos anos anteriores, ou seja, 1,5%, havendo uma taxa reduzida em que as pequenas empresas ficam quase “isentas” (0,001%) do pagamento da derrama.-----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** disse que a proposta do Executivo lhe parece equilibrada.-----

-----De seguida o **presidente da Mesa** deu nota da metodologia a seguir e colocou à votação a proposta da Câmara Municipal (proposta A - 1,5% sobre o lucro tributável mantendo a taxa reduzida em vigor, 0,01%).-----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, da Assembleia Municipal deliberou, por maioria 28 votos a favor, 7 votos contra e 3 abstenções, autorizar o lançamento de uma derrama, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, bem como a fixação da taxa reduzida de 0.01% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00.-----

-----Face ao resultado a proposta do UTV (proposta B – 1% sobre o lucro tributável, mantendo a taxa reduzida em vigor, 0,01%, não teve aprovação:-----

-----Anota-se que se abstiveram Carlos Filipe, Pedro Vaza e José Damas Antunes e votaram contra Pedro Castelo, Jorge Santos, Rui Estrela, Ilídio Santos, Ana Teresa carvalho, Humberto Gomes e Andreia Caldas.-----

1.4 - PROPOSTA N.º 38/CM/2022 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2023, PREVISTA NA LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS:-

-----Presente ofício número 6484, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28/11/2022, a informar que o Executivo em sua reunião de 22/11/2022, deliberou por unanimidade propor a fixação da taxa a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, em 0,20%, aplicar em 2023.-----

-----A **presidente da Câmara** anunciou que propõem manter a taxa em vigor.-----

-----A propósito desta taxa o *deputado Municipal António Bastos* lembrou que quando se muda de operador, os cabos desligados não são retirados dos prédios, solicitando à edil que exponha este problema junto da entidade reguladora ou a outra entidade que entenda ser mais apropriada pois a situação agrava-se com o passar do tempo. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* fez notar que os direitos de passagem são pagos pelas operadoras, que não refletem no consumidor final se têm ou não custos mais caros ou mais baratos, assunto que a seu ver exige uma reflexão mais profunda no futuro, pois o que colega disse é verdade e se calhar uma taxa mais alta incutiria um grau de exigência sobre estes operadores num patamar mais elevado e talvez o serviço pudesse vir a ser melhor. -----

-----Não se tendo registado mais intervenções o presidente da Mesa colocou à votação a proposta aprovada pelo Executivo. -----

-----Tendo presente a sua competência, prevista na alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, fixar a taxa a aplicar em 2023 sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, em 0,20%. -----

2 - PROPOSTA N.º 39/CM/2022 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 6.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS DE 2022: -----

-----Presente ofício número 6622, da Câmara municipal de Torres Vedras, de 30/11/2022, a remeter, o documento em título, de acordo com o deliberado pelo Executivo, por unanimidade, em sua reunião de 29/11/2022. -----

-----A *presidente da Câmara* disse que a revisão em apreço visa acomodar algumas situações não previstas inicialmente, salientando, a alteração de rubrica por onde deve ser arrecadada a transferência da DGAL no valor de € 879.824,00 assim como a introdução de rubricas para alojar financiamentos provenientes de candidaturas aprovadas e conseqüentemente as despesas referentes aos mesmos. -----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação. -----

-----Tendo presente a sua competência, prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria de 37 votos a favor e 1 voto contra, aprovar a 6.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Torres Vedras de 2022. -----

-----Anota-se que votou contra Carlos Filipe. -----

3 - PROPOSTA N.º 40/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2023 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS – GRANDES OPÇÕES DO

PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL:-----

-----Presente ofício número 661, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30/11/2022 a remeter, de acordo com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 29/11/2022, os documentos em título.-----

-----Foi dada a palavra à **presidente da Câmara** que enunciou que o orçamento para o ano de 2023 vem na prossecução da proposta de desenvolvimento de atividades para o mandato e na sequência do trabalho de anos anteriores, com as linhas estratégicas traçadas sobretudo para investimentos no âmbito dos cuidados de saúde primários, educação, da melhoria das condições dos espaços de animação desportiva, acessibilidades, rede viária, habitação, regeneração urbana e formação participativa. -----

-----Referiu que de uma forma geral o que se pretende é dar continuidade a estas áreas tendo enfoque nas questões ligadas à estratégia local de habitação, como já foi referido nesta sessão, com a aquisição e reabilitação de alguns fogos, acrescentando aos investimentos já em curso ou em projeto, as unidades de saúde de São Pedro da Cadeira, Ramalhal e Runa. No caso das escolas, está a decorrer a obra da escola básica do Ramalhal e serão iniciadas este ano as de A-dos-Cunhados e Silveira. -----

-----Prosseguiu assinalando que no orçamento a receita ascende a €73.750.000,00, correspondendo a um incremento de cerca 9% relativamente a 2022. As principais fontes de receita são os impostos diretos, em cerca de 36%, transferências correntes em cerca de 34% e cerca de 15% em transferências de capital. -----

-----Anotou que este aumento de 9% do volume da receita resulta fundamentalmente do contributo muito significativo das transferências de capital, que corresponde a quase 4,5 milhões de euros. -----

-----No tocante às despesas, explicou que a fatia maior vai para o pessoal, com cerca de 32% da despesa orçamentada, ao que acresce cerca de 26% para a aquisição de bens e serviços correntes, 20% para aquisição de bens de capital, sendo as áreas funcionais da Câmara que acabam por ter um peso mais significativo, por causa das despesas que são transversais a todos os serviços, ao que se seguem, com os orçamentos maiores, as obras municipais e a educação, nesta última área consequência da transferência de competências para a autarquia. -----

-----Reforçou que é um orçamento equilibrado, destacando que os fundos provenientes do Orçamento de Estado são calculados e atualizados para uma taxa de inflação de 4% e no que respeita a fundos comunitários, salientou que são receitas alocadas em exclusividade a candidaturas que não podem ser transferidas para outros fins, como é o caso das candidaturas para as escolas, PEDU, FAMI (Fundo de Asilo Migrações Integração) - SOS Afeganistão e Ucrânia, Programa Moinhos VI e outras no âmbito do (ERASMUS), assim como uma candidatura

no valor de 200 mil euros para apoio à atividade cultural no Teatro-Cine, aprovada em reconhecimento pelo trabalho feito nesta área.-----

-----Pedi a palavra o *deputado municipal Ilídio Santos* anunciando que o UTV vai abster-se nesta votação, tendo em consideração que o orçamento é um instrumento de trabalho que deve ser elaborado por quem está na governação e preferem depois analisar a sua execução.-----

-----Concordam com algumas das intenções plasmadas no documento em análise, mas não querem deixar de referir que este movimento cívico faria diferente, nomeadamente sobre verbas para apoio ao hospital, assunto já abordado pela edil. Já todos perceberam que só vai ser construído daqui a 10 anos, que existem compromissos assumidos pelo Executivo para o Barro, e como tal não se pode fazer mais nada, mas também não vêm qualquer verba acautelada neste orçamento, e o UTV acha que é urgente fazer qualquer coisa, lembrando que apresentaram a proposta n.º 12 a 29 de março deste ano para fazer obras no Barro, porque já perceberam que nada está a acontecer.-----

-----Também consideram outro problema a questão do trânsito, não vendo verbas para as circulares à cidade, assim como acham que é urgente intervir nas ciclovias que vieram tornar ainda mais caótico o trânsito e devem ser repensadas em alguns locais.-----

-----Relativamente à célebre estrada para o litoral, também perceberam pela explicação dada sobre a ligação da A8/Palheiros que teve candidatura aprovada porque foi indicada para apoio à atividade agrícola porque senão não podia ser contemplado em PRR, lembrando que o setor do turismo, que neste momento representa só 1,2 %, merece mais atenção, pode representar mais e pode alavancar o concelho, pelo que consideram que a autarquia devia elaborar um estudo para o resto da via para o submeter a uma candidatura, quando surgir oportunidade.-----

-----Alertou ainda que não encontraram no orçamento verbas cativas para o plano florestal aprovado, nem verbas para avançar com o Centro Cívico de Santa Cruz, já com projeto e especialidades aprovados e entregues, que consideram um equipamento urgente e fundamental para os 20 km de costa, e sobre o qual o UTV apresentou a proposta n.º 7 no dia 18/01/22.-----

-----Relativamente ao quadro de pessoal, neste momento o município tem cerca de 1300 lugares sem contar com os cativos, mas existem 122 não ocupados, o que lhes suscita algumas dúvidas. Assim lembrou que fizeram uma proposta a 29/10/2021 para alteração da orgânica da Câmara Municipal, que em 2016 tinha 650 trabalhadores, recebeu 450 posteriormente fruto da transferência de competências na área da educação e da saúde, por isso entre 2016 e 2023 contratou ou vai contratar 250 trabalhadores, e se tiverem em conta que 50 foram transferidos para os SMAS com a passagem da gestão dos RSU, parece demasiado o incremento de colaboradores.-----

-----Depois de analisar a proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento em apreço o

deputado municipal **Francisco Corvelo** disse que facilmente perceberam que para além de aspetos positivos que lhes apraz realçar, tais como o investimento de mais de 28 milhões de euros no parque escolar e na abertura de verbas para mais intervenções, outros aspetos existem que não podem deixar de salientar até porque o documento contém algumas omissões e faltas de resposta a problemas que consideram graves e com os quais o concelho se debate, e se é verdade que como diz o ditado “Roma e Pavia não se fizeram num dia” também não é menos verdade que problemas existem que, sendo sucessivamente adiada a sua resolução, não só se mantêm como se agravam. -----

-----Nesta sequência e no domínio da cultura verificaram que a verba de €1.385.000,00 de investimento nesta área se centra, uma vez mais, na cidade deixando de parte as freguesias e aldeias e esquecendo até aquelas instituições como por exemplo as bandas de música que continuam a ser autênticos conservatórios populares de música e os ranchos folclóricos, isto para não falar de levar às freguesias e aldeias os espetáculos de cultura erudita a que têm o mesmo direito do público cidadão.-----

-----No que diz respeito à mobilidade começaram por se focar nas pessoas com mobilidade reduzida e se verificaram com agrado o investimento de €44.052,00 na construção e manutenção de acessos às praias, é com muita apreensão que verificaram um investimento nulo no que diz respeito à melhoria da mobilidade e acesso, por exemplo, nas ruas e edifícios da cidade e freguesias, facto que reputam de grave, atendendo ao estado que se encontram a maioria dos passeios e às barreiras arquitetónicas existentes. -----

-----Frisou que este tema não é novo, simplesmente vai sendo esquecido, talvez porque o número de deficientes motores não seja significativo em termos eleitorais. -----

-----Ainda no plano da mobilidade, mas relativamente à rede viária, referiu que aquilo que este plano apresenta é um investimento de vulto de mais de 5 milhões de euros na ligação da A8 à zona industrial das Palhagueiras, que não contestam, mas ao PCP preocupa sobremaneira que nada esteja previsto quanto às urgentes e necessárias vias estruturantes que resolvam os cada vez mais graves congestionamentos de trânsito com que dia a dia os torrienses se confrontam. Por outro lado, e para além de algumas rubricas específicas de requalificação de algumas vias, entendem que a verba de €658.000,00 alocada à requalificação da rede viária é manifestamente pequena atendendo ao estado de degradação em que um grande número se encontra. -----

-----Por último assinalou que desde o ambiente cujos investimentos são parcos e pouco ambiciosos, à saúde, muito mais haveria que escarpelizar o que se torna impossível no curto espaço de tempo de uma intervenção de 3 minutos, contudo registou esta apreciação. -----

-----A *deputada municipal* **Marta Gerales** começou por dizer que o PSD não se revê no orçamento do município para 2023 que perfaz €73.750.000,00, no qual as principais fontes de

rendimento resultam, como habitualmente, dos impostos diretos e mesmo com algumas reduções, apresenta um aumento de 9% em relação ao ano de 2022. -----

---- Lembrou que dada as circunstâncias das famílias portuguesas, que estão a perder poder de compra, a sofrer grandes aumentos nos gastos mensais devido à inflação e a verem o seu cabaz de bens essenciais cada vez mais caro, o PSD propôs e foi chumbada a redução do IMI para 0,3%. Anotou ainda que já hoje neste plenário se falou muito em habitação social e nas pessoas com dificuldades em pagar os seus empréstimos, mas o município optou por manter a mesma taxa, e assim se vê a coerência do falar ao executar. -----

---- Também propuseram a redução da taxa do IRS, para 3 %, devolvendo aos torrienses, uma módica quantia do valor arrecadado pelo Estado, mas a Câmara Municipal preferiu mais uma vez ficar com um valor superior dos torrienses, pelo que não se admiram que o orçamento tenha aumentado 9%. -----

---- No que concerne à aplicação dos 73 milhões de euros, concordam e subscrevem o investimento em unidades de saúde familiar, no entanto, se não têm médicos, interrogam-se para que serve ter equipamentos novos como é o caso da Ventosa, pois nem um euro está acautelado no orçamento para atração de médicos de família e a sua fixação. -----

---- Lamentou que a reabilitação do antigo edifício dos SMAS e a requalificação da Praça Machado Santos que foram anunciadas com pompa e circunstância, pecam pela sua tardia execução. -----

---- Abordando a questão das escolas primárias, deu nota que há mais de 10 anos que é membro da Assembleia Municipal, onde ano após ano ouve falar da renovação do parque escolar, que nunca mais chega ao seu término e que há tantos anos condiciona a potencial ambição do orçamento, pensando que a estratégia decidida para a execução destas escolas, não foi bem delineada ao longo dos anos. -----

---- Referiu-se depois ao investimento em estradas, que segundo o anterior edil, demorariam 20 anos para melhorar, mas o valor continua a ser muito baixo para o estado das estradas que têm no concelho. -----

---- Saliu a novidade da criação do orçamento participativo jovem, embora o mesmo alocasse em parte a verba da Assembleia Municipal jovem que não está em funcionamento. -----

---- Por último frisou que para além do projeto de ligação da A8 - Área empresarial das Palhagueiras, o PSD não encontra neste orçamento investimentos estratégicos que facilitem a vida aos empresários torrienses assim como o alívio na carga fiscal dos cidadãos e como consequência a melhoria da qualidade de vida para quem reside no concelho de Torres Vedras. Por todas estas razões irão votar contra, subscrevendo as palavras da cidadã Daniela quanto à dificuldade de ter habitação para todas as pessoas em Torres Vedras. -----

-----Tomou se seguida a palavra o *deputado municipal Pedro Castelo*, referindo que não dispõe de tempo suficiente para perguntar tudo o que queria sobre o orçamento em apreço, lembrando que no passado, tiveram reuniões preparatórias com os técnicos que eram extremamente uteis, para esmiuçar algumas das rubricas e de ter ideias mais concretas sobre o que representam.-----

-----Mesmo assim, da apreciação que fez disse ter dúvidas quanto ao valor previsto na página 18 das GOP, “avenças-honorários e cachês” no CAC, página 22, onde se prevê a construção da ponte sobre o rio Sizandro e a razão do aumento de 9% de despesa para 2023.-----

-----Reportando-se a uma intervenção anterior voltou a questionar sobre o lugar em aberto para a unidade de comunicação em marca, onde é pedido um licenciado em educação física, cuja explicação não percebeu.-----

-----Concluiu que as opções políticas deste Executivo neste orçamento certamente não seriam as do CDS, não se revêm em muitas opções quando estão a falar de 73 milhões na Câmara Municipal mais 21 milhões nos SMAS, que podiam ser investidos de forma diferente, com opções diferentes e irá votar contra.-----

-----O *deputado municipal Rui Estrela* disse que iria ler uma proposta que já tinha feito, aquando da discussão dos documentos de prestação de contas em abril findo, que iria entregar na Mesa e que se transcreve na íntegra:-----

-----“FORMA DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS E ORÇAMENTO:-----

-----Em dezembro passado, a propósito da apresentação do Orçamento de 2022 e Grandes Opções do Plano, solicitámos que o executivo passasse a apresentar contas com recurso a informação gráfica sintética e com análise comparativa histórica dos números, visando apoiar os cidadãos a conhecer as principais rubricas das contas sem terem que mergulhar em inúmeros documentos com informação técnica de difícil interpretação para os munícipes menos habituados a fazê-lo, ou em necessários, mas longos relatórios redigidos pela gestão.-----

-----O propósito desta recomendação era o de aproximar todos os torrienses da gestão autárquica e grosso modo, informar sobre a necessidade e aplicação dos impostos e taxas que todos pagamos para um bem comum.-----

-----O grupo parlamentar Unidos por Torres Vedras, tem como certo que: somos deputados de uma assembleia que representa os torrienses não os substituímos; fomos eleitos para defender os interesses do Município, essa defesa faz-se com informação e conhecimento na posse de todos os cidadãos; todos os munícipes têm o direito de saber como são aplicados os impostos e taxas que pagam, compete aos órgãos autárquicos e em especial aos executivos prestar essa explicação e justificar publicamente o racional dessas opções.-----

-----É nossa convicção que é hora de o Município evoluir nos momentos de orçamentação e prestação de contas, e até nos momentos de definir estratégias municipais.-----

----- Propomos que nesta matéria: -----

----- 1) uma nova prática de gestão deve ser iniciada: de forma aberta e esclarecida, os executivos têm que assumir a obrigação e a responsabilidade de prestar contas a todos os torrienses e não apenas a quem os representa nos órgãos autárquicos; -----

----- 2) a prévia apresentação pública sob a forma de conferência de imprensa dos momentos importantes da gestão é imprescindível para motivar a mobilização da comunidade. -----

----- A política é para todos, por isso, deve fazer-se para todos. -----

----- Com a presente proposta, pretendemos que os executivos encontrem futuramente uma forma de comunicar os elementos relevantes das contas do Município, fazendo-o não apenas com a discussão dos documentos tradicionais nos órgãos municipais, mas também previamente junto da comunidade em geral, por via da comunicação social e também por outros canais ao dispor do Município, com o intuito de permitir veicular uma informação entendível aos olhos de todos os cidadãos, desejavelmente sintética e infográfica. Isto porque estar mais próximo de todos é uma obrigação dos órgãos autárquicos.” -----

----- O *presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes*, disse que não conseguiu ver nas GOP ou no PPI se estão contempladas as principais obras ou projetos que apresentaram na reunião realizada com o Executivo para preparação deste orçamento. -----

----- Manifestou a sua preocupação pelo facto de apenas constar um euro no PPI para aquisição de terrenos para escolas, quando há cerca de um ano andam a falar na possibilidade de comprar um terreno para o espaço desportivo junto à Escola Gaspar Campelo, e como também não vê explicito no orçamento em discussão algumas das principais obras a realizar na freguesia que preside, vai abster-se. -----

----- O deputado municipal **António João Bastos** lembrou que na sessão anterior abordou a importância para o tecido empresarial instalado no Pinhal de Cascais de ser construída uma variante à Fonte Grada, questionando se não haveria possibilidade de a candidatar ao PRR como se fez para a ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras, cuja rubrica consta na GOP. ----

----- O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* na senda do que tem vindo a referir aquando da apreciação dos últimos orçamentos, deu nota que vão passar 20 anos desde que foi construída o primeiro centro escolar no concelho, o da Carvoeira, sem que todas as escolas tivessem sido requalificadas. -----

----- Manifestou o seu acordo com a opção de ter unidades de saúde familiar de media dimensão, supra freguesia nalguns casos, dada a escassez e dificuldades que existem de médicos e de outros profissionais de saúde. -----

----- Verificou nas GOPs que existe alguma escassez de projetos, onde apenas vê a ORU de

Arenes, nada há previsto para o IVV, e nada vê em termos de vias estruturantes na envolvente à cidade tendo em conta as variadíssimas urbanizações que crescem, nomeadamente ao lado da via poente, na zona da fundição, do Monte Olivete, assim como não vê a tal via que passaria mais perto do Forte ou mais longe, de norte para sul. -----

----- Acrescentou que há uns anos atrás já se falava na possibilidade de haver uma via que prolongasse a Avenida Humberto Delgado, mas não há nada de variantes nascentes nem poentes, ou seja, neste momento Torres Vedras não tem nada previsto. -----

----- Concluiu que o voto contra do PSD é um sinal estratégico, porque acham que neste momento devia haver mais projetos em carteira, para aproveitar candidaturas caso surjam oportunidades. -----

----- Tendo por base algumas das intervenções proferidas o *deputado municipal Rui Prudêncio* lembrou que o Hospital de Torres Vedras, não é da Câmara Municipal de Torres Vedras, mas quando lhes pedem investimento naquele edifício, tem-se chegado à frente sempre, lembrando ainda que no mandato anterior foi celebrado um protocolo de colaboração com o CHO que foi todo cumprido e que visava a recuperação daquelas instalações, onde o município já investiu muito dinheiro quando aquele edifício não serve só os torrienses, serve também todo o Oeste. -----

----- Assim defende que chegou a altura de pedir que outros se cheguem à frente neste processo, sendo esta uma boa proposta para fazer à OesteCIM, uma vez que praticamente todos os concelhos do Oeste têm os seus municípios atendidos na unidade de Torres Vedras. -----

----- Nesta sequência lembrou alguns investimentos já feitos pela autarquia no hospital: sistema de AVAC, caixilharias, asfaltamento exterior, PFIs e apoio nas obras da futura UCI, tendo a certeza que se forem solicitados, continuarão a colaborar. -----

----- Reportou-se à reunião desta tarde, que a Comissão de Saúde teve com a direção do ACES Oeste Sul, para desmitificar a questão da captação de médicos, através de incentivos pecuniários, porque foi dito taxativamente pela direção clínica e pela administração do ACES que a captação de profissionais médicos, não é feita através disso, mas através das condições de trabalho e dos projetos que as instituições apresentam. -----

----- Deu nota, a título de exemplo, que no último concurso para o Centro Saúde de Mafra foram abertas vagas que foram todas preenchidas, e para Torres Vedras ninguém veio, apesar do vencimento ser o mesmo, os incentivos também serem os mesmos, mas com uma diferença, ou seja, as condições de trabalho dos médicos naquele centro de saúde e os projetos que lá são desenvolvidos serem completamente diferentes daquilo que existe em Torres Vedras. -----

----- Deu nota ainda que o investimento nas unidades de saúde, está no orçamento, referindo-se concretamente às USF de São Pedro da Cadeira, Ramalhal e Runa. -----

----- Reforçou que este orçamento reflete as opções políticas do PS, que foram votadas

maioritariamente pelos torrienses e não seriam honestos se não as cumprissem, porque assumiram o compromisso com os torrienses de executar aquilo que prometeram. -----

---- Nas áreas da saúde, lembrou que a Câmara Municipal tem competências próprias que não podem ultrapassar, ou seja, não podem pagar ordenados a médicos, mas podem ter competências a nível da construção e melhoria dos equipamentos, atraindo efetivamente aquilo que são os desideratos de hoje por uma nova classe médica, que procura outras condições, que não as questões remuneratórias. -----

---- Ainda relativamente a investimento que consta neste orçamento, destacou as verbas consignadas ao ensino primário e ao ensino superior, através da Escola Superior de Saúde do Politécnico de Leiria, das escolas básicas do Ramalhal, de A-dos-Cunhados, e da Silveira, e o pavilhão desportivo, EB 2 da Freiria. Destacou ainda, nas vias de comunicação, a ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras, no espaço público a requalificação da praça Machado Santos, e na habitação na estratégia local de habitação, assim como no ambiente e na governação participativa. -----

---- Por último disse que estranharia se o PSD hoje votasse favoravelmente este orçamento, porque nunca o fez e se fossem por aí, não tinham as escolas, as estradas e os apoios às associações que têm, mas o Grupo Municipal do PS não votará contra os torrienses, o grupo Municipal do PS revê-se e vai votar a favor deste orçamento, porque acreditam que investir no bem estar e na valorização das pessoas é o que os distingue daqueles que estão demasiado preocupados com outros aspetos que não nos torrienses. -----

---- Abordando a intervenção do PCP a **presidente da Câmara**, discordou do deputado quando diz que não apoiam as bandas de música e os ranchos folclóricos, quando na realidade em 2022 a descentralização na área cultural e os apoios atribuídos foram substancialmente superiores aos que tinham sido sempre até agora, o que é visível no trabalho realizado. Aconselhou que em vez destas apreciações de carácter geral, o deputado verifique a veracidade das mesmas. -----

---- Concordou com o deputado no tocante às questões da mobilidade reduzida, uma área onde têm muito trabalho a fazer, embora a autarquia já tenha imenso trabalho feito ao longo destes anos e é bem visível na cidade. -----

---- Relativamente à rede viária, 2022 foi um ano de vultuoso investimento que vai continuar no próximo, aproveitando para informar, a quem disse que estava omissa, sobre rubricas abertas no orçamento para Palhagueiras/Santa Cruz, variante Chagas/Palhagueiras, variante Paul/Fonte Grada, e variante nascente, que traduz o caminho que este Executivo quer seguir e para o qual esperam que hajam oportunidades em termos de orçamento para avançar. -----

---- Disse ainda não saberem o valor exato, mas de terem a noção que o saldo de gerência será confortável no final de 2023, e as rubricas que estão abertas fazem sentido no momento serem

reforçadas para que os projetos avancem. -----

----No que concerne às escolas primárias, lembrou que iniciaram esta tarefa em 2007 com a construção do Centro Escolar da Carvoeira, mas não podem deixar de ter presente que o concelho é extenso e que existiam 93 espaços escolares de pré-escolar e 1.º ciclo quando veio para a Câmara Municipal por isso paulatinamente tem sido trabalhado e existem já uma série de espaços requalificados e de referência no concelho. Vão prosseguindo nesta senda de uma forma sustentada havendo financiamento para o efeito e aproveitando o quadro comunitário sempre que surge oportunidade. -----

----A este propósito lembrou ao deputado Luís Carlos Lopes o excelente exemplo que era dado em anos anteriores do Município de Mafra e da construção das escolas com as parcerias públicas e privadas, mas ainda há 15 dias foi veiculado na comunicação social que o autarca desse processo está sob investigação.-----

----Em resposta ao autarca de Campelos informou que têm a ideia de fazer o reforço mais tarde com saldo de gerência. -----

----Quanto à questão sobre o mapa de pessoal esclareceu que o licenciado em educação física, não é para contratar, pois o lugar está cativo por um licenciado em educação física, que está ausente com licença sem vencimento.-----

----Atendendo à ilegalidade dita por um colega relativamente à contratação de um médico, pediu a palavra o *presidente de junta da Ponte do Rol*, **Pedro Vaza** para questionar que se a Câmara Municipal pode fazer obras no hospital, qual a razão de não poder fazer protocolos com médicos ou empresas de médicos. Sabe que é possível porque a junta que preside contratou um e não há mais porque não querem. -----

----Para efeitos do disposto nas alíneas a) e o), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, de 23 votos a favor 9 abstenções e 6 votos contra aprovar os Documentos Previsionais para 2023 do Município de Torres Vedras – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal.-----

----Anota-se que votaram contra Luis Carlos Lopes, Marta Galdes, Ana Fiéis, António João Bastos, Carlos Filipe e Pedro Castelo; abstiveram-se Francisco Corvelo, Pedro Vaza, António Damas Antunes, Jorge Santos, Rui Estrela, Ilídio Santos, Humberto Gomes, Ana Teresa Carvalho e Andreia Caldas. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 24:30 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente reunião, o que mereceu a concordância de todos os membros da assembleia, indicando que continuaria no dia seguinte, tal como devidamente publicitado, uma vez que não foram discutidos todos os pontos agendados.-----

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2022: -----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segundo secretário).-----

----- Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar: -----

----- Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, António Carlos Nunes Carneiro, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Rui José Prudêncio, Marta Filipa Sousa Geraldês, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, José António do Vale Paulos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sónia Alexandra Ferreira Patrício, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Sérgio Augusto Nunes Simões, Ana Isabel Marques Fiéis, Tomás Horta Lourenço, Andreia Filipa Alves Caldas, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim do Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, David Alves Gomes Lopes e Artur Alexandre dos Santos Narciso.-----

----- Faltaram António Augusto Ferreira dos Anjos e Renato António Cabral Rodrigues Monteiro-----

----- Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal, Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Helena Isabel Ribeiro Ferreira Runa (em substituição de Duarte Rogério M. Ventura Pacheco), Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro de Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira e Dulcineia Basílio Ramos.-----

4 - PROPOSTA N.º 41/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2023 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS - GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL:-----

----- Presente ofício número 6617, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30/11/2022 a remeter de conformidade com o deliberado, por maioria, pelo Executivo Municipal, em sua reunião

de 29/11/2022, os documentos em título. -----

---- Foi dada a palavra à **presidente da Câmara** que teceu umas breves notas relativamente ao orçamento para 2023 em discussão que tem o montante global de €21.236.827,00, ou seja, um acréscimo de 9% relativamente ao ano anterior, mas sem alterações significativas, quer na água, quer no saneamento, e que corresponde em termos de receita e despesa maioritariamente à atividade de resíduos sólidos. -----

---- Relativamente a dois mil e vinte e dois, prevê-se mais 920 mil euros de receita corrente, mais de cerca de 1,1 milhão de euros de despesa corrente, 814 mil euros de receita de capital a mais e mais cerca de 599 mil euros de despesas de capital. O aumento de 120 mil euros nas despesas de pessoal é justificado pelas atualizações salariais previstas para 2023, embora, em termos de mapa de pessoal não haja incremento do número de pessoas. -----

---- Acrescentou que está prevista uma transferência de capital por parte da Câmara Municipal de €1.996.000,00 pela impossibilidade de acesso ao saldo de tesouraria, logo no início do ano, uma vez que há obras em curso absolutamente prioritárias. Referiu ainda que este orçamento mantém investimento na manutenção e reabilitação de redes de água e saneamento, destacando-se na água a reabilitação de reservatórios e o alargamento da rede de telegestão e telecontagem. -----

---- O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** começou por dizer que não iria entrar numa polémica em relação aos RSU, mas iria falar de coisas positivas, nomeadamente quanto à questão da sensibilização no que se refere à diferenciação de RSU, porque no seu entender é um caminho importante a trilhar, assim como as atividades do Serviço Pedagógico que já ocorrem e as que estão previstas nas escolas que são de louvar e devem ser incrementadas. -----

---- Deu nota que estes aspetos positivos não invalidam que está previsto para 2023 o montante de €5.549 818,00 de venda de água, €6.152.098,00 de saneamento e de €3.415.744,00 de RSU, e que não é despendendo o valor de €2.323.438,99 orçamentado para o serviço de água. -----

---- Acha que devia haver mais ambição, uma vez que este orçamento destaca a aposta contínua na expansão da rede, com vários trabalhos de saneamento destinados a aumentar a acessibilidade física aos serviços, mas como pensava que só faltava cobrir pequenos aglomerados dispersos e constatou investimento de pequena monta protelados para 2025 e 2026, não percebe a razão desta opção, não percebe se é por incapacidade técnica, pois podiam ser mais ousados e de uma revoada acabar isto mais cedo. -----

---- Compreende que esteja futurado em PPI, a reabilitação das redes de esgotos e pluviais na Rua Teresa de Jesus Pereira, o prolongamento das redes de saneamento do concelho, assim como a reabilitação dos coletores, obras obviamente mais volumosas e mais morosas, mas não percebe que obras de 50/100 mil euros sejam diferidas em três anos, como por exemplo a remodelação da povoação de Louriceira e dos Arneiros, contempladas com €150 mil euros para

2025. -----

----- Pelo descrito e também pelo facto de ainda hoje terem sido anunciados aumentos de 20% nas tarifas de águas e saneamento e outras diversas, fazem não estar convicto e não poder apoiar este orçamento e este plano.-----

----- O *presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes*, disse que no PPI está prevista uma empreitada denominada Casal da Fonte, a qual julga que é na freguesia que preside mais concretamente no Casal das Giestas, com a qual ficou satisfeito por ser mais um passo na execução de saneamento, mas considera que é um passo pequeno, porque não sabe se vai abranger todo aquele casal. Para além disso na freguesia há vários outros locais sem saneamento, que não têm projeto ou previsões de execução e a este ritmo é preciso mais umas dezenas de anos para melhorar a cobertura destas infraestruturas básicas no concelho e não vê objetivos e metas para resolver este problema que é também uma questão de saúde pública. -----

----- O *deputado municipal Rui Estrela*, interveio para em nome o UTV dar nota que é pratica deste movimento, tal como fizeram no orçamento da autarquia no ano passado, e porque acham é um instrumento de trabalho e de gestão do Executivo, absterem-se na votação. No entanto, no que diz respeito aos SMAS, têm que fazer uma exceção para votar contra o orçamento pelas razões que vai passar a indicar. -----

----- Assim, lembrou que em 2019, houve um estudo, que “pintou de azul todo um céu” e que referia que a junção dos três serviços, água, saneamento e resíduos sólidos urbanos numa única entidade, permitiria realizar investimentos na ordem dos quarenta milhões de euros em quinze anos. Também enuncia, sem recurso ao aumento de tarifas e que nos primeiros cinco anos, previa-se um investimento de vinte milhões de euros, com resultados líquidos sempre positivos, logo a partir do primeiro ano. -----

----- Lembrou ainda que o UTV ainda não existia, mas os deputados municipais do mandato anterior em quem os cidadãos votaram, decidiram aprovar esta passagem de RSU para os SMAS com base neste estudo, que está a gerar uma gestão pouco eficaz, com impactos, tal como disse o colega que o antecedeu, nas pequenas obras que não se conseguem fazer no momento e são adiadas para 2,3 ou 4, anos, e que, numa situação normal de funcionamento dos SMAS, estariam a ser realizadas. -----

----- Ao contrário do que consta no estudo, no primeiro ano completo os SMAS apresentam um resultado líquido negativo, e em 2022 a Câmara Municipal teve que injetar €1.25 milhões de euros para cobrir os prejuízos e agora estão a apreciar um orçamento que é quase o dobro do valor pois em 2023 vão injetar dois milhões de euros, pelo que podem concluir que o cidadão paga através dos impostos e depois vai pagar também a partir através das tarifas, porque em 2022 as tarifas de

RSU aumentaram 25% e este orçamento prevê um incremento de mais 22%.-----

-----Reforçou que a ESAR obriga a que o equilíbrio dos orçamentos seja feito através das tarifas, portanto, o cidadão paga pelos impostos e depois paga pelas tarifas e esta é claramente a razão que espelha a má decisão. Contudo acham que ao fim de dois anos, ainda vão a tempo de reverter-la pelo que, questionam qual a posição da presidente da Câmara e se vai abrir um debate para perceber se devem ou não mudar de caminho, sendo a opinião da UTV que devem mudar de caminho.-----

-----Pedi de seguida a palavra o deputado municipal **Sérgio Simões** que começou por dizer que o documento em discussão está tecnicamente bem elaborado, sendo necessário ter a noção que são documentos previsionais, que como o próprio nome indica, poderão ser alterados, tal como advertido pelos auditores no seu relatório quando referem que "frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações que poderão ser materialmente relevantes."

-----Reforçou que o problema que se coloca quando se elabora documentos previsionais não é propriamente sobre os números, mas sobre a estratégia inerente, e para analisar a estratégia deste documento é necessário saber quais são os objetivos e qual é a missão dos serviços municipalizados. Do seu ponto de vista, esta estratégia passa essencialmente por três ou quatro pontos. Por um lado, distribuir água em quantidade e qualidade aos torrienses, que está contemplado, prosseguir o saneamento para fechar a rede do concelho, que também está contemplado, embora falte ainda muito por fazer, assim como consta a setorização das redes, a renovação da rede de água e a renovação dos reservatórios, que são fundamentais para resolução das perdas de água que levam à redução de custos e eventualmente, à redução de tarifas e ao incremento de investimento.-----

-----No tocante aos RSU também está contemplado o desenvolvimento de iniciativas que permitem a redução da fração biodegradável, através do incentivo à compostagem e continua a merecer destaque a prossecução da implementação da atividade dos serviços pedagógicos muito importante no sentido de consciencialização das pessoas no que a esta área concerne.-----

-----Sobre a aludida falta de ambição, considera que há que definir prioridades, e confia que essas prioridades foram analisadas e foram definidas pelo Executivo. Acrescentou que não dá grande importância ao facto de obras pequenas estarem postergadas, pois sabem que neste momento não podem colocar verbas para todas as obras e sabem também que as novas normas legislativas implicam que o PPI seja rigorosamente discriminado.-----

-----Por último sobre o famigerado estudo, que nunca saiu da gaveta tanto quanto sabe, acha serve de alibi e de argumento para a incapacidade das pessoas, muitas vezes terem ideias próprias, ou de terem ideias inovadoras e agarram-se ao estudo. A título pessoal deu nota que

esteve inicialmente neste projeto de estudo, e desde o início informou o então presidente da Câmara Carlos Bernardes, que o mesmo não tinha qualquer credibilidade, mas agora já passou à história, e não deve servir para fundamentar o facto de não conseguirem dizer nada de novo relativamente a esta área.-----

----- Concluiu assinalando que estão perante um documento concreto, que tem números concretos e que tem obras concretas e traduz as opções do PS no Executivo e por essa razão, o Grupo Municipal do PS vai votar a favor.-----

----- A **presidente da Câmara** fez notar que qualquer coisa que pudesse dizer depois da intervenção do deputado municipal Sérgio Simões é uma nulidade, pelo que agradeceu a intervenção que fez com a sabedoria que tem relativamente à situação dos SMAS e que outros desconhecem.-----

----- A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho*, interveio no sentido de destacar alguns aspetos, referindo-se concretamente às taxas, cujo aumento de valor não corresponde ao incremento da qualidade do serviço, lembrando que estão a falar de mais de 50% de aumento em dois anos.-----

----- Acrescentou que há questões relacionadas com uma serie de resíduos que não têm custos, com os quais, quer os SMAS, quer os cidadãos poderiam lucrar, e perceberiam que o seu empenhamento na recolha poderia levar a que as taxas baixassem e não elevassem. Não há um incentivo que os leve a fazer recolha seletiva positiva e assim caminham num ciclo vicioso em vez de o transformar num ciclo virtuoso.-----

----- Considera também importante a questões da divulgação, dando nota que existe um ecocentro que não recebe resíduos de construção e demolição, não obstante existir no regulamento uma taxa de recolha para um limite máximo de dois metros cúbicos e os serviços municipais são obrigados a receber esses resíduos, mas sem divulgação, não se sabe onde os colocar.-----

----- Por último, reportou-se também ao estudo, que para além do já indicado, referia a necessidade de haver sinergias para um reflexo positivo nas tarifas e as sinergias não estão a existir, nem se vê nada, nem há uma luz no fundo do túnel em termos estratégicos.-----

----- O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* apesar de reconhecer a qualidade e capacidade dos SMAS, comentando a intervenção do deputado Sérgio Simões, frisou que há sempre possibilidade de fazer melhor, para além de não ter refutado nada que o Grupo Municipal do PSD disse. Não acha que tudo esteja perfeito e o facto deste deputado, um dos mais cotados do PS, vir hoje defender este documento, indicia que certamente as coisas não estão tão certas assim.-----

----- Pediu novamente a palavra o *deputado municipal Rui Estrela* para parafrasear que o estudo “não tem credibilidade e está concluído”, no entanto, houve decisões que se tomaram com base nesse estudo e os factos são 1,25 milhões de euros injetados em 2022 e 2 milhões de euros previstos para 2023, o que são factos, não são estudos.-----

----- Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação:-----

----- A Assembleia Municipal em cumprimento das alíneas a) e o), do n.º 1, do artigo 25.º, da citada Lei n.º 75/2013, deliberou por maioria de 23 votos a favor, 11 votos contra e 4 abstenções, aprovar os Documentos Previsionais para 2023 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal.-----

----- Anota-se que votaram contra Luis Carlos Lopes, Marta Geraldês, Ana Fiéis, António João Bastos, Carlos Filipe, Jorge Santos, Rui Estrela, Ilídio Santos, Humberto Gomes, Ana Teresa Carvalho e Andreia Caldas; abstiveram-se Pedro Castelo, Francisco Corvelo, Pedro Vaza, António Damas Antunes.-----

5 - PROPOSTA N.º 42/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA, E REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:-----

----- Presente ofício número 6620, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 30/11/2022 a dar conhecimento que o Executivo na sua reunião de 29/11/2022 deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a proposta de alteração da Estrutura Orgânica e Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras.-----

----- A **presidente da Câmara** explicou que a alteração em apreço visa incluir na missão a referência à igualdade de género e garantir uma gestão mais eficiente e eficaz dos setores de atividade operacional da divisão de construção e manutenção de infraestruturas com a unificação das áreas de atividade, água e saneamento, coordenada por um só Encarregado Geral.-----

----- O **deputado municipal Ilídio Santos** interveio no sentido de declarar a intenção de voto favorável do UTV, embora lembrando que em 2021 a edil afirmou que não iria alterar a orgânica dos SMAS, mas iria fazer uma alteração na da Câmara e na da Promotorres, mas até à data não se viu nada e para os SMAS já vão na segunda e estas alterações levam a pensar que o trajeto não está bem definido.-----

----- Concluídas as intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação o documento em título. -

----- Atenta a sua competência prevista na alínea m), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta de alteração da Estrutura Orgânica, e Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras.-----

6 - PROPOSTA N.º 43/CM/2022 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA NORMA DE CONTROLO INTERNO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:-----

----- Presente ofício número 6616, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 30/11/2022, a remeter de acordo com o deliberado pelo Executivo em sua reunião de 29/11/2022, por

unanimidade, a proposta de atualização da Norma de Controlo Interno dos SMAS TV, elaborada de acordo com o disposto no ponto 2.9, do POCAL, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/02, na sua atual redação e do n.º 2, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 192/2015, que instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP). -----

----- A **presidente da Câmara** explicou que a norma controlo interno é um elemento do sistema de controlo dos SMAS que engloba o plano de organização políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente. A norma em vigor remonta a 2016, pelo que carece de atualização pelas alterações legislativas que surgiram posteriormente e por ter havido a introdução da área de resíduos nos próprios SMAS. -----

----- Não se registaram intervenções, tendo-se passado de imediato à votação. -----

----- Tendo presente a sua competência prevista na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta de atualização da Norma de Controlo Interno dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras. -----

7 - PROPOSTA N.º 44/CM/2022 - PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO – DIPLOMA SETORIAL FREGUESIAS – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS A TRANSFERIR ANUALMENTE PARA AS FREGUESIAS: -----

----- Presente ofício número 6619 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 30/11/2022, a dar conhecimento que o Executivo Municipal em sua reunião de 29/11/2022, tendo por base a proposta subscrita pela Presidente da Câmara, deliberou por unanimidade, nos termos do n.º 3, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, e do n.º 1, do art.º 19.º, dos autos celebrados com cada uma das freguesias, propor à Assembleia Municipal a alteração do montante dos recursos financeiros previstos no título III dos respetivos autos de transferência de competências, com efeitos a 1 de janeiro de 2023 de acordo com a tabela constante da citada proposta. -----

----- A **presidente da Câmara** explicou que as atualizações em causa resultaram de reuniões com as diversas juntas de freguesia, tendo por base o que perspectivavam com o orçamento da autarquia e para contemplar as alterações e o acréscimo de trabalho das juntas, visando também a respetiva remuneração, fruto de duas atualizações do salário mínimo que não estavam contempladas na anterior transferência. -----

----- O *presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza*, disse que viu o orçamento aumentado em relação ao ano passado, mas esse aumento não se vai reverter nas freguesias e vai para outros lados. -----

----- Argumentou que as competências cujos recursos financeiros estão a ser atualizados são

meias competências, pois considera que não é uma competência da junta quando depende de outra entidade, que recebe a verba do Estado para o efeito. -----

----- Deu como exemplo os caminhos das freguesias que, fruto da intempérie que assolou a região na última semana, estão todos arruinados e se dependesse da junta contratavam já uma empresa rapidamente e resolviam, mas assim terão de esperar pelos serviços da autarquia que tem dois ou três camiões para treze freguesias, o que no seu entender é impensável.-----

----- Defendeu que é um assunto que têm que resolver urgentemente para receberem as competências na totalidade, apelando para que a Câmara revisse a sua posição, e com isto não está a dizer que a Câmara não tem apoiado, mas a dizer que a competência não depende de quem a detêm, reafirmando que não é intelectualmente honesto e como só ele fala dá-lhe ideia que toda a gente está de acordo com isto, mas ele não está. -----

----- Não se registaram mais intervenções, tendo o presidente da mesa submetido à votação o assunto em epígrafe. -----

----- A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, e do n.º 1, do art.º 19.º, dos autos celebrados com cada uma das freguesias, aprovar a proposta de atualização dos recursos financeiros a transferir anualmente para as freguesias, para 2023 de acordo com a tabela que faz parte integrante da proposta que perfaz o total de € 3. 030.023,15. -----

8 – AUTORIZAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS:-----

8.1 - PROPOSTA N.º 45/CM/2022 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE ESTACIONAMENTO ENVOLVENTE À EB2,3 DE FREIRIA – CONCURSO PÚBLICO:-----

----- Presente ofício número 6023 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 31/10/2022, a dar conhecimento que o Executivo deliberou, por unanimidade, em sua reunião de 25/10/2022, remeter o processo em título para efeitos de autorização da repartição de encargos, no valor máximo de € 170.000,00, acrescido do IVA à taxa legal, uma vez que, a execução da obra passará toda para 2023, o que implica a repartição de encargos inicialmente não prevista. -----

----- A **presidente da Câmara** disse que a informação que introduz o assunto é suficientemente elucidativa e dispensa apresentação. -----

----- Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação:-----

----- Atenta a sua competência prevista no n.º 1, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a repartição de encargos da empreitada de construção de parque de estacionamento envolvente à EB2,3 de Freiria no valor máximo de € 170.000,00, acrescido do IVA à taxa legal, e cuja execução passará toda para 2023 face à demora do Título Único Ambiental por parte da Agência Portuguesa do Ambiente. -----

8.2 - PROPOSTA N.º 46/CM/2022 - ALUGUER OPERACIONAL DE UM VEÍCULO ELÉTRICO LIGEIRO DE MERCADORIAS PARA OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS: -----

-----Presente ofício número 6621, da Câmara Municipal de Torres vedras, de 30/11/2022 a remeter de acordo com o deliberado pelo Executivo em 29/11/2022, a informação n.º IF-00350-SCP dos SMASTV, relativa ao processo em título, a fim de ser autorizada, com efeitos à data de 15/11/2022, a repartição de encargos da despesa plurianual do mencionado procedimento, por haver necessidade de celeridade no desenvolvimento do mesmo, uma vez que, por um lado, dadas as atuais circunstâncias de mercado, existe dificuldade de garantia dos preços das viaturas por parte dos comercializadores e, por outro, em virtude do referido procedimento integrar uma ação financiada pelo “Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica” do Fundo Ambiental, que concede aos beneficiários um apoio económico de 50% do valor da renda mensal, não houve possibilidade de, em tempo útil, submeter o assunto a autorização prévia do órgão deliberativo, de acordo com a seguinte repartição da despesa, cujo montante global é de € 24.420,00+IVA: 2023 – € 6.105,00+IVA; 2024 - € 6.105,00+IVA; 2025 - € 6.105,00+IVA e 2026 - € 6.105,00+IVA. -----

----- Não se registaram intervenções e votou-se de seguida: -----

----- A Assembleia Municipal tendo presente a competência da prevista o n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei 197/99, de 8/06, na sua atual redação, deliberou por unanimidade, autorizar a repartição de encargos da despesa relativa ao aluguer operacional de um veículo elétrico ligeiro de mercadorias para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras cujo montante global é de € 24.420,00+IVA do seguinte modo: 2023 – € 6.105,00+IVA; 2024 - € 6.105,00+IVA; 2025 - € 6.105,00+IVA e 2026 - € 6.105,00+IVA. -----

9 - PROPOSTA N.º 26/AM/2022 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES: -----

Comissão Permanente de Saúde: -----

-----O *Presidente da Comissão, Rui Prudêncio* deu nota que reuniram com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Oeste, onde foram colocadas diferentes questões e foi apresentado o ponto da situação a nível dos cuidados hospitalares no Hospital de Torres Vedras, numa lógica de continuarem a compilar elementos, para que possam brevemente apresentar um relatório sobre a situação da saúde no concelho. Mais informou que também reuniam, com o mesmo propósito, com a direção do ACES, onde foram abordadas algumas questões sobre a falta de médicos e a situação dos cuidados de saúde primários. -----

-----Deu nota ainda que todas estas informações serão vertidas num relatório que será apresentado à Assembleia Municipal, no sentido de posteriormente agendar uma assembleia extraordinária sobre este tema. -----

----- Por último deu nota que o relatório da OesteCIM sobre o novo hospital do Oeste foi entregue

em mão ao senhor Ministro da Saúde aqui em Torres Vedras, seguido de uma visita ao hospital da cidade sendo públicas as suas declarações relativamente a essas questões. -----

-----Aproveitou este assunto para informar que na próxima segunda-feira, reunirá a Assembleia Intermunicipal da OesteCIM às 21.00h, onde irá ser apresentado o referido relatório pela equipa que o redigiu, com transmissão *online*, deixando o repto de poderem seguir em direto o que a equipa tem a dizer sobre o NHO. -----

Comissão Permanente de Economia e Demografia: -----

-----O *Presidente da Comissão*, **José Manuel Correia** deu nota que está marcada uma reunião para a próxima terça-feira, para apresentar os dados já compilados, com vista à realização da sessão temática dia 4 de fevereiro sobre o *cluster* alimentar do concelho.-----

-----Deu nota ainda que selecionaram 52 empresas que têm interesse e são representativas de acordo com critérios que foram estabelecidos para participarem nessa Assembleia Municipal temática, que pertencem ao CAE (Código de Atividade Económica) que compõem o *cluster* alimentar, e que vão desde a produção agrícola primária, às de transformação, comercialização e da própria maquinaria agrícola, ou seja tudo o que no concelho tem a ver com o dito cluster, que encerra em si o objetivo de criar alimentação. -----

-----Assim, apelou a que todos os deputados, assim como a todo o Executivo que reservem esta data, que é um sábado a partir das 15,00h, no CAERO.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10 - PROPOSTA N.º 27/AM/2022 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:--- INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

-----Presente informação em título datada de 9/12/2022, reportada ao período entre 1/09/2022 e 30/11/2022 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 8.225.393,48 e € 1.402.592,78 de dívidas a fornecedores.-----

-----Para introduzir o assunto da sua intervenção o *deputado municipal Artur Narciso* começou por citar a música "és sempre saudada com idolatria, és hospitaleira, diz a tradição, porque é verdadeira tal a vibração, ó linda terra", um hino à cidade de Torres Vedras que representa o espírito hospitaleiro das suas gentes, e que por serem hospitaleiros apoiam os migrantes que escolheram o concelho de Torres Vedras para trabalhar e viver. -----

-----Assinalou que Torres Vedras é reconhecida pelo esforço de integração dos migrantes, que preconiza através de associações específicas para essa temática, mas também através de outras de cariz solidário. Parabernizou todos os intervenientes, acrescentando o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira pela importância de terem aulas de português. -----

-----No que se refere à autarquia deu nota do Plano Municipal para a Integração de Migrantes e do Centro Local de Apoio à integração de migrantes, não só em funcionamento na cidade como em moldes itinerantes sobretudo no litoral. -----

-----Por fim desafiou os presentes a visualizarem o documentário “Aqui e lá, lá aqui” que é muito interessante e alerta para o facto que se estes migrantes fizeram o esforço para vir para um país, muitas vezes em condições completamente desumanas e situações assustadoras, foi por alguma razão e os torrienses têm correspondido e acolhido como manda a tradição, com muita dedicação e com muito empenho, apelando à continuação deste trabalho extraordinário. -----

-----O *presidente de Junta da União de Freguesias da Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes*, reportando-se às suas intervenções anteriores voltou a dar nota que está omissa na informação em apreço a referência a uma empreitada de saneamento que continua por concluir, mais nomeadamente a ligação ao coletor em alta, entre Casalinho das Oliveiras e Casal das Giestas, solicitando informação precisa sobre a data prevista para a obra. -----

-----O *deputado municipal Ilídio Santos* questionou o ponto de situação do Porto de Pesca da Assenta, sobre o qual não encontrou qualquer informação nas atividades da câmara. Acrescentou que esta obra, no montante de 250 mil euros, para construção de armazéns de aprestos para pesca foi concluída em 2019 e em agosto último foi lançado um concurso para atribuição de licenças, com o duplo objetivo de permitir que aquando da construção destes armazéns fossem desmanteladas as outras barracas que ali existem, até porque descaracterizam toda aquela arriba e estão em perigo de derrocada. -----

-----O *deputado municipal Francisco Corvelo* começou por dizer que ao PCP apraz registar o investimento que a Câmara Municipal faz na construção do parque escolar, todavia, gostaria de dar conhecimento de duas questões relacionadas com as escolas. -----

-----Referiu-se concretamente à escola do Farol, na Orjariça que, pelas informações de que dispõe da parte dos seus utentes, chove quase como se fosse na rua, para além de não ter estacionamento automóvel no exterior da escola, questionando se está prevista essa construção que permita que estacionem sem ser na lama que existe agora no Inverno. A outra questão prende-se com a Escola Básica Padre Francisco Soares que necessita de ter um parque para as crianças que ofereça toda a segurança para que possam utilizar e brincar no recreio. -----

-----O *deputado Municipal Pedro Castelo* reportou-se ao ponto 5 - Planeamento e Urbanismo, para salientar a importância do Plano de Pormenor de Expansão da Quinta das Marvãs no que se refere à criação de fogos no perímetro urbano da cidade e como a equipa apresentou uma versão revista da proposta preliminar, recomendou ao presidente da Comissão de Acompanhamento do PDM que solicitasse estes documentos, de forma a puderem proceder à sua análise, com a maior brevidade possível. -----

-----A *deputada municipal* **Marta Gerales** interveio no sentido de parabenizar o incentivo que foi dado às compras natalícias no comércio tradicional, com a devolução de parte do valor gasto, sugerindo aumentar o *planfond* no próximo, uma vez que teve grande adesão e os vouchers esgotaram muito cedo.-----

-----Alertou que continuam a receber muitas queixas sobre o mau estado do piso da EN115-2 que liga o Sarge ao Maxial e que há cada vez mais buracos no alcatrão no centro da cidade que necessitam de atenção imediata. -----

-----Alertou ainda que ao fim da Rua dos Bombeiros, do lado esquerdo está a ser instalado um *mupi* que tapa a visibilidade relativamente ao sinal de Stop aos condutores que vêm da rotunda, questionando sobre a possibilidade deste equipamento ser realocado e por fim questionou qual o ponto de situação do edifício ao lado do Mercado Municipal.-----

-----A *deputada municipal* **Ana Teresa Carvalho** disse que a sua questão encaixa na problemática e nas implicações dos fenómenos extremos consequentes das alterações climáticas, por terem passado de situação de seca para chuvas torrenciais. Nesse sentido, lembrou sobre o paúl que existe a dois quilómetros de Torres Vedras, com capacidade de armazenamento e retenção das águas que nomeadamente possam prejudicar a estrada EN9, não desligando das ocupações do solo que têm sido dadas, tais como um pomar intensivo e do terreno ter sido sobrelevado mais de dois metros de altura em muitos sítios, que retirou capacidade de retenção daquela bacia.-----

-----Deste modo questionou se a Câmara Municipal tem algum plano de requalificação daquela zona, pois tem algumas preocupações quando ao paúl, ao pomar e ao uso de fitossanitários, sobre o qual o UTV irá entregar um documento mais completo à mesa. -----

-----Terminadas as intervenções, foi dada a palavra à **presidente da Câmara** que começou por agradecer relativamente às palavras do deputado quanto à integração de migrantes e à grande necessidade de trabalho que existe nesta área, quer no concelho, quer no país em geral. Nesse sentido vão encaminhando e integrando as pessoas para os locais onde podem arranjar projetos de vida, sendo que alguns migrantes aparecem de forma completamente extemporânea, provindos de vidas com grande falta de dignidade e que precisam de ser imediatamente ajudadas e para o qual o município tem alertado a tutela no sentido de olhar para este assunto de forma diferente. -----

-----Quanto à ligação do coletor de saneamento em alta assegurou que irá pedir informação aos SMAS, que depois partilhará com o autarca.-----

-----Relativamente à questão colocada pelo deputado Ilídio sobre o Porto Pesca da Assenta, informou que o concurso foi feito e já estão atribuídos os espaços. Perspetivaram a entrega formal das chaves para o dia 20/12, mas vão adiar, uma vez que neste dia não é possível a presença de

um representante da CCDR, para além das chuvas terem trazido algumas preocupações de segurança, que gostariam de colmatar. -----

---- Quanto ao desmantelamento das edificações existentes, deu nota que há pouco tempo fizeram ao local uma visita técnica com a APA para planear a sua destruição, não descurando o facto de as mesmas estarem a amparar a arriba e assim têm que se equacionar um ponto de equilíbrio, conjugando também com a necessidade de levar a bom termo a negociação com os atuais donos dos espaços. -----

---- No tocante à EB da Orjariça - Farol, disse não acreditar que chova como se fosse na rua, embora admita que poderá ter acontecido numa situação pontual, porque aconteceu também em diversos pontos do concelho, devido à intensidade de pluviosidade que se fez sentir na última semana. Anotou também que os professores são conhecedores de quem devem contactar, caso sejam necessários arranjos a fazer no equipamento escolar. Acrescentou que o estacionamento ter lama não é preocupante, pois a lama faz parte de um programa de aprendizagem desta escola. -----

---- Quanto à escola Básica Padre Francisco Soares, convidou o deputado a ir com os técnicos da autarquia fazer uma vistoria, para aferir que o recreio tem a segurança, tendo a certeza que o mesmo está seguro e embora gostasse que estivesse ainda mais bem apetrechado do que está, seguro está de certeza. -----

---- No que concerne ao *plafond* dos vouchers para as compras no comércio tradicional, confirmou que se trata de uma iniciativa muito válida, que querem que continue. Aproveitou para dar nota que anualmente no centro histórico é feita a contabilização relativamente a espaços comerciais que abriram, que tipo e quantos fecharam e comparativamente ao ano passado, tem que salientar que há um acréscimo de vinte novos espaços comerciais, o que muito os apraz e que contraria quando se diz que "o centro histórico está morto". -----

---- Reforçou que esta contabilização indica que há quem se interesse em investir no centro histórico e a Câmara Municipal está a fazer o seu papel para proporcionar condições para que isso aconteça. -----

---- Sobre a EN115-2 informou que têm feito pressão junto da IP alertando para a urgência da intervenção nesta via e concorda que as intervenções no centro da cidade também são urgentes, sobretudo durante esta fase das maiores chuvas, mas as equipas camarárias estão atentas e não têm mãos a medir para acorrer às solicitações para que a deterioração a nível dos buracos não se agrave tanto. -----

---- No que respeita ao edifício ao lado do Mercado Municipal deu nota que finalmente têm boas notícias, ou seja, o acordo de credores está fechado e até ao final do ano ficará resolvida a situação da insolvência, assim como sabem que os projetos especialidades vão ser entregues até ao final do ano. -----

-----Relativamente aos *mupis* confirmou que já se aperceberam que há alguns que foram mal projetados e há outros que não estão instalados nos locais previstos no caderno de encargos, mas têm vindo a fazer a monitorização e alguns já foram retirados o que provavelmente será o caso da unidade referida pela deputada Marta Geraldês.-----

-----Por último e relativamente à intervenção da deputada Ana Teresa, que não percebeu com exatidão, esclareceu que as possibilidades de ocupação daqueles solos estão previstas no PDMTV e relativamente às questões dos fitossanitários informou que o pomar é privado e o proprietário tem que cumprir a legislação que regula este sector.-----

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* esclareceu que queria tentar perceber se aqueles movimentos de terra que estão a ser feitos estão ligados a algum tipo de licenciamento, como houve há uns anos para o pomar.-----

-----A **presidente da Câmara** disse não estar na posse dessa informação de momento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10.1 - PROPOSTA N.º 28/AM/2022 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal:-----

-----Ofício número 5393 de 30/09/2022 – deliberação de 27/09/2022:-----

-----1 – Processo CT/947/2022 - Requerimento CT/7274/2022 – Luís Manuel da Silva Castro Rebouço - parcelas de terreno, situadas na Rua Maria Pereira, Largo do Choupal, n.º 26, Torres Vedras, Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 779,80m², assim distribuídas: Parcela 1 com a área de 211,70m² para a travessa António dos Santos Verino; Parcela 2 com a área de 338,80m² para a Rua Maria Pereira e; Parcela 3 com a área de 229,30m² para a Rua das Linhas de Torres, parcelas estas que já integram a via pública, a retirar da parte rústica do prédio misto inscrito na matriz sob o n.º 20, secção "DD", e n.º 800 Urbano, da Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2696, freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago) às quais foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 3.899,00, arredondado nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI, passando assim o valor a ser de € 3.900,00.-----

-----2 - Processo de obras ED/1186/1967 - Requerimento ED/1855/2022 – Clementina da Conceição Pinto – parcela de terreno, situada na Rua Joaquim Pedro Fernandes, n.º 56 – Maceira, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 110,00m², para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio inscrito na matriz com o n.º 1109, da Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de

Torres Vedras com o n.º 9539, da Freguesia de A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m² o que perfaz um valor total de € 550,00.-----

-----3 - Processo de obras ED/539/2021 - Requerimento ED/6702/2021 – Ricardo Martinho, Unipessoal, Lda. – parcela de terreno, situada em Casal Porto do Rio – S. Pedro da Cadeira – Freguesia de S. Pedro da Cadeira, com a área de 61,19m², para requalificação da via pública e que serão retirados do prédio urbano inscrito na matriz sob o art.º 500 da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e descrito na Conservatória do registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 58.º da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 305,95, arredondado para € 310,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI. -----

-----4 - Processo de obras ED/172/2022 - Requerimento ED/2340/2022 – Rodrigo Alexandre Paias Onofre – parcela de terreno, situada na Rua da Fonte, Ereira, União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com a área de 26,60m², para requalificação da via, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o artigo 130.º da secção “MM”, da Freguesia de Maxial e Monte Redondo, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4980, da freguesia de Maxial, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 133,00, arredondado para € 140,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI.-----

-----5 - Processo de obras OP/118/2017 - Requerimento OP/7463/2019 – Pedro Jorge Avelino Silva – parcela de terreno, situada na Rua Casal do Outeiro, Fonte Grada, Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 86,08m², a retirar do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 9719-P, da Freguesia de São Pedro e Santiago, Santa Maria e S. Miguel e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3421, da freguesia de Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e S. Miguel), à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 430,40, arredondado para € 440,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI. -----

-----6 - Processo de obras OP/87/2018 - Requerimento OP/7450/2022 – Steven Alexander Yardley – parcela de terreno, situada na Rua do Campo da Bola, Carreiras, União das Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 68,70m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o n.º 66, secção “E”, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1471, da Freguesia de Carvoeira, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 343,50, arredondado para € 350,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI. -----

-----Ofício número 5634 de 17/10/2022 – deliberação de 10/10/2022: -----

----- 1 – Processo CT/902/2022 - Requerimento CT/6838/2022 – Antiquocasa Imobiliária, Lda. - parcela de terreno, situada na Rua de S. Lucas, Coutada, freguesia de S. Pedro da Cadeira, com a área de 65,30m², destinada à requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz

predial urbana sob o art.º 560, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 2555 da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 326,50, arredondado para € 330,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI. -----

----- 2 – Processo ED/621/2020 - Requerimento ED/7455/2021 – Carlos Manuel Pereira Miranda - parcela de terreno, situada na Rua dos Ramos, Boavista, freguesia de Silveira, com a área de 45,35m², destinada à requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz sob o art.º 9425-P, da Freguesia de Silveira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 8396 da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 226,75, arredondado para € 230,00, nos termos do CIMI.-----

----- 3 – Processo CT/1017/2022 - Requerimento CT/7819/2022 – Hugo Filipe Gama Ferreira - parcela de terreno, situada na Rua Principal da Azenha Velha/Estrada da Mimosa, Azenha Velha, freguesia de S. Pedro da Cadeira com a área de 1.000,00m², destinada à beneficiação de arruamento, a retirar do prédio rústico, inscrito na matriz sob o art.º 48 Secção J, da Freguesia de S. Pedro da Cadeira, e omisso na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 5.000,00. -----

----- 4 – Processo CT/1096/2022 - Requerimento CT/8419/2022 – Ângelo Lopes Raimundo - parcela de terreno, situada na Rua Principal, n.º 17, Almeirinhos de Baixo, freguesia de Turcifal, com a área de 3,20m², para benefício da via pública, a retirar do prédio urbano, inscrito na matriz sob o art.º 2098, da Freguesia de Turcifal, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1575, da referida freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 16,00, arredondado para € 20,00, nos termos CIMI. -----

----- 5 - Processo de obras ED/215/2022 – Requerimento ED/3095/2022 – Bruno Alexandre Vaza Ferreira – parcela de terreno, situada na Rua Santa Isabel, n.º 6 em Ponte do Rol, freguesia de Ponte do Rol, com a área de 1,07m², que serão retirados do prédio urbano, inscrito na matriz sob o art.º 1909, da freguesia de Ponte do Rol e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 1278, da referida Freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 5,35, arredondado para € 10,00, nos termos CIMI.-----

----- 6 - Processo de obras ED/383/2022 - Requerimento: ED/5493/2022 - Rodolfo Alexandre Nunes Figueiredo – parcela de terreno, situada na Rua da Azinhaga da Fonte, Serra da Vila, Freguesia Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 74,80m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio inscrito na matriz com o n.º 10127 Urbano P, da Freguesia de Santa Maria São Pedro e Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3550, da Freguesia de Torres Vedras (S. Maria do Castelo S. Miguel), à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 380,00, arredondado

nos termos do nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI. -----

----- Ofício número 6174 de 14/11/2022 – deliberação de 08/11/2022. -----

----- 1 – Processo CT/772/2022 - Requerimento CT/5868/2022 – Brígida Leal Henriques - parcela de terreno, situada em Bombardeira, União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 200,00m², destinada ao alargamento da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 75.º, “secção II”, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 7868, da freguesia de A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 1.000,00. -----

----- 2 – Processo ED/336/2019 – Requerimento ED/10944/2021 – Maria Benvinda Alves da Cruz Gonçalves - parcela de terreno, situada em Rua do Moinho, 16, Casais dos Arneiros, Louriceira, Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 9,37m², destinada ao alargamento da via pública, a retirar do art.º 29 secção RR da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, do prédio inscrito na matriz sob o art.º 29.º e 30º, ambos da “secção RR”, da Freguesia Santa Maria, S. Pedro e Matacães, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 4527, da Freguesia de São Pedro e Santiago, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 46,85, arredondado nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, passando assim o valor a ser de € 50,00. -----

----- 3 - Processo de obras ED/416/2022 - Requerimento: ED/5866/2022 - Herança de Fernando Vieira - parcela de terreno com a área de 18,20m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio do urbano inscrito na matriz sob o art.º 2218 da União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira. e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob a ficha n.º 7767, da Freguesia de A-dos-Cunhados, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 91,00, arredondado para € 100,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI. --

----- 4 – Processo ED/468/2022 - Requerimento ED/6866/2022 - Blue Jacket Properties, S.A. - parcela de terreno com a área de 139,30m² para aumento da área verde pública, a título de compensação pela área utilizada para a passagem de veículos automóveis sobre a área verde publica existente, a retirar do prédio urbano descrito na matriz urbana com o n.º 10116-P, da freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 8780, da Freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago), à qual foi atribuído o preço unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 696,50, arredondado para € 700,00, nos termos do ponto 2, do artigo 38.º, do CIMI. -----

----- 5 – Processo ED/404/2022 – Requerimento ED/5718/2022 – Cláudia Sofia Miranda Calado – parcela de terreno com a área de 250m², para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio rústico inscrito na matriz com o n.º 44, secção “V”, da freguesia de Silveira, e descrito na

Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2003, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.250,00. -----

----- Ofício número 6488 de 28/11/2022 – deliberação de 22/11/2022. -----

----- 1 – Processo CT 1358/2022 – Requerimento CT 105287/2022 – Júlia da Conceição Alves Luis Costa, parcela de terreno, situada em Portela de Belmonte, Freguesia de São Pedro da Cadeira, a retirar dos prédios inscritos na matriz sob os art.º n.ºs. 22, 23 e 24, todos da secção T, da Freguesia de S. Pedro da Cadeira, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4694, da mesma freguesia, destinados ao alargamento da via pública, 71,00m² para a Rua Pinhal do Rato e 125,00m² para a Rua dos Brasis, distribuídos pelas seguintes parcelas, às quais foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 980,00: Parcela 1 com a área de 71,00m² para benefício da Rua Pinhal do Rato, sendo a retirar: 8,00m² do artigo 24 Rústico T; 12,00m² do artigo 23 Rústico T, e; 51,00m² do artigo 22 Rústico T. Parcela 2 com a área de 125,00m² a retirar do artigo 22 Rústico T, para benefício da Rua dos Brasis. -----

----- 2 – Processo ED/56/2022 – Requerimento ED/816/2022 – Fernando Jorge dos Reis - parcela de terreno situada na Rua 10 de Junho, Abrunheira, Maxial, União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo, com uma área de 130m², para requalificação da via pública, que serão retirados do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 29.º, secção DD, da Freguesia de Maxial e Monte Redondo e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3397, da Freguesia de Maxial, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 650,00. -----

----- 3 – Processo ED/236/2022 – Requerimento ED/3420/2022 - Carla Sousa Dias Fonseca - parcela de terreno situada no Casal Janeiro, Silveira, Freguesia da Silveira, com a área de 250,00m² para requalificação da via pública, a desanexar do prédio inscrito na matriz sob o art.º 113.º da secção K, da Freguesia de Silveira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2483, da mesma freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz o total de € 1.250,00. -----

----- 4 – Processo ED/543/2022 – Requerimento ED/7996/2022 - Maria de Jesus Marta Alves Nunes - parcela de terreno situada em Casal das Figueiras Velhas, Figueiras, União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 83,50m² para requalificação da via pública, inscrito na matriz sob o artigo 81.º da secção DDD, da União das freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 9550, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total € 417,50, arredondado para € 420,00, nos termos ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10.2 - PROPOSTA N.º 29/AM/2022 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir às freguesias:-----

-----Ofício número 5394 de 30/09/2022 – deliberação de 27/09/2022. -----

-----Projeto Domicílios, no total de € 9.832,76 (19.665,52 km), assim:-----

-----Junta de freguesia de Silveira € 657,50 (1315km) -----

-----Junta de Freguesia de Turcifal - € 1.125,00 (2250km)-----

-----União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo - € 1.707,51 (3415,02 km)-----

-----União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira - € 3.736,50 (7473km)-----

-----Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Matacães - € 2.606,25 (5212,50 km)-----

-----Ofício número 5633 de 17/10/2022 – deliberação de 10/10/2022. -----

-----Junta de Freguesia de Turcifal - € 1.100,00 - apoio no âmbito das atividades promovidas para os participantes do Tempo de Férias.-----

-----Ofício número 6175 de 14/11/2022 – deliberação de 08/11/2022. -----

-----Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - apoio financeiro à aquisição de varredora mecânica para garantir o bom desempenho dos serviços que estão à responsabilidade da referida Junta de Freguesia, e de forma a operacionalizar o serviço no tempo devido, no valor de € 113.160,60, distribuídos da seguinte forma: 2022: € 9.430,05; 2023: € 37.720,20; 2024 € 37.720,20 e 2025: € 28.290,15.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

11 - PROPOSTA N.º 30/AM/2022 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES.-----

-----O presidente da Mesa disse que para este ponto tinham recebido 4 documentos e sobre os mesmos daria a palavra aos proponentes e a seguir ao plenário.-----

VOTO DE PESAR – ANTÓNIO ALEXANDRE BONIFÁCIO:-----

-----Faleceu, hoje, dia 14 de dezembro, António Alexandre Bonifácio. Natural da localidade de Carreiras, António Alexandre Bonifácio foi um cidadão cujo trabalho desenvolvido nos mais diversos domínios legou uma marca perene na comunidade da Freguesia da Carvoeira.-----

-----Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, presidiu à Comissão Administrativa da Freguesia da Carvoeira, tendo sido eleito, nas Eleições Autárquicas de 12 de dezembro de 1976, o primeiro Presidente de Junta da Freguesia da Carvoeira.-----

-----Na vida associativa, a sua ação é inseparável da Associação Dramática e Recreativa das Carreiras, associação que serviu desde os 13 anos, tendo sido ator, cantor, encenador, Presidente da Direção e Diretor Artístico.-----

-----Cidadão abnegado, democrata convicto e homem de Cultura e Associativismo, almejou ao

longo dos seus 78 anos de vida o reconhecimento daqueles que serviu e com quem trabalhou. ----
----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em Sessão Ordinária de 14 de dezembro de 2022, expressa o seu mais profundo pesar pelo falecimento de António Alexandre Bonifácio e endereça à família enlutada os seus mais sentidos pêsames.-----

---- Grupo Municipal do PS.”-----
----O presidente de junta de freguesia de Carvoeira e Carmões, Nuno Pinto apresentou o voto, a que se seguiram os deputados municipais Luis Carlos Lopes e Rui Estrela que, em nome dos respetivos grupos municipais se associaram ao voto, tendo o presidente da Mesa proferido algumas palavras a enaltecer o cidadão.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar acima transcrito e observou um minuto de silêncio em memória do falecido.-----

MOÇÃO - REPARAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL 115-2:-----

----“A estrada nacional 115-2 é uma via estruturante da mobilidade da Região Oeste e do Concelho de Torres Vedras, em particular.-----

----É a principal via que serve todo o interior norte do Município de Torres Vedras, assim como grande parte dos habitantes do Município do Cadaval e de Alenquer, fazendo a ligação da sede do concelho à freguesia do Maxial e Monte Redondo, à estrada Nacional 1 e à A8.-----

---- Assim e considerando:-----

---- 1.O estado deplorável e quase intransitável entre o cruzamento de Monte Redondo e a localidade de Aldeia Grande-----

---- 2.Os acidentes registados com automobilistas e outros utilizadores desta via-----

---- Vem a Assembleia Municipal de Torres Vedras, exigir da entidade responsável pela sua manutenção, IP-Infraestruturas de Portugal, a sua rápida reparação e requalificação.-----

---- A Assembleia Municipal de Torres Vedras 14 de dezembro de 2022.”-----

---- Grupo Municipal do PS.”-----

---- Foi dada a palavra ao presidente de junta de freguesia da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, **Celso de Carvalho**, que começou por apelar que a moção fosse aprovada por unanimidade para lhe dar mais consistência junto da tutela. Defendeu ainda que esta via, após esta semana de intensas chuvas, parece um caminho rural nalgumas zonas, e pela abrangência de utilizadores dos concelhos limítrofes julga que a Infraestruturas de Portugal ao dia de hoje também terá na sua posse moções da Assembleia Municipal do Cadaval e Alenquer.-----

---- Sabe que o vereador Francisco Martins e a presidente da Câmara têm pressionado intensamente a Infraestruturas Portugal, mas não obstante esta pressão, julga que esta moção sendo aprovada por unanimidade, devia ser também remetida ao Ministro das Infraestruturas de modo a reduzir aquilo que se prevê que seja a morosidade desta obra.-----

----- Por último deu nota ainda que não é fácil fazer um transporte de ambulância com a estrada naquelas condições e que a argumentação não pode ser descurada, pois situa-se no interior do concelho, mas serve muitos cidadãos.-----

----- O *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, assentiu a premência desta intervenção, pois constatou que a via está de facto pior e nem sequer tinha perspetivado a questão do transporte de doentes e pensa que independentemente de haver outras vias que também possam estar em mau estado, esta é certamente a pior do concelho e o grupo municipal do PSD associa-se a esta moção porque acha que faz todo o sentido.-----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo*, começou por salientar que pela oportunidade e também pela importância do teor, não passará pela mente de qualquer deputado municipal, votar contra ou abster-se. Seja como for, seria premente que a IP aferisse a necessidade e a urgência de arranjar esta via, e que o processo de recuperação fosse menos moroso do que aquele que sentiram com a EN9 que finalmente foi levada a bom porto, sendo óbvio que o CDS irá votar a favor desta moção.-----

----- O *deputado municipal Rui Estrela* opinou que é favorável e todos os deputados devem estar em sintonia. Sendo também um frequentador semanal desta estrada, tem assistido mês após mês à sua degradação, é preocupante e é grave e apesar de não saber se localmente podem fazer alguma coisa, pelo menos podem exigir que o arranjo seja feito com urgência.-----

----- Não se registaram mais intervenções passando de imediato à votação.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a moção em título.-----

MOÇÃO – LINHAS DE ÁGUA:-----

----- “O Panorama a que assistimos em relação à manutenção e despoluição das nossas linhas de água e das suas margens é motivo de apreensão, alerta e preocupação.-----

----- Verifica-se que o plano existente de limpeza das margens há muito deixou de ser executado,-

----- Verificam-se casos de ocupação e até de vedação ilegal de margens ou de determinados espaços do domínio público perante a total ausência de atitudes das autoridades no sentido da reposição da legalidade.-----

----- Por outro lado e por absoluta necessidade, de água para rega na agricultura, assiste-se à construção de pequenas represas que por não obedecerem a um plano devidamente estruturado de abertura de canais e reservatórios marginais para rega, afetam sobremaneira o curso das linhas de água e a sobrevivência de várias espécies da fauna fluvial.-----

----- Por outro lado a inexistência de pontos de depósito dos plásticos utilizados na agricultura bem como de campanhas de consciencialização junto dos agricultores leva a que esses plásticos e sobretudo esferovites (com a facilidade com que se desintegram em microplásticos) acabem nos nossos rios e nas nossas praias e no oceano tal como resíduos de pesticidas e outros produtos

fitossanitários, constituindo uma grave ameaça não só ao ambiente mas sobretudo à saúde pública, tal como é reconhecido pelas instâncias internacionais. -----

----- Para além do mais continua a verificar-se a poluição de várias linhas de águas com diversos agentes poluentes provenientes de descargas abusivas e ilegais por parte de alguns agentes económicos pouco escrupulosos e ainda devido a deficiente funcionamento de algumas ETAR.-----

----- Assim e considerando a necessidade do combate global às alterações climáticas, urge que a todas as escalas se combata firmemente as suas causas e propor medidas efetivas para este combate, assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras decide propor:-----

----- 1. Que a Câmara Municipal retome e tanto quanto possível amplie o plano de limpeza das margens das linhas de água no concelho,-----

----- 2. Que a Câmara Municipal envie esforços no sentido de ser reposta a legalidade no que às ocupações ilegais das margens das linhas de água diz respeito,-----

----- 3. Que seja estudado um plano de construção de canais de rega e reservatórios nas nossas linhas de água de molde a satisfazer as necessidades agrícolas e de regularização dos cursos de água,-----

----- 4. Que seja lançado um plano eficaz de combate às diferentes fontes de poluição verdadeiramente mobilizador da sociedade civil tendente a pôr um fim às situações existentes e a evitar futuras fontes de poluição, nomeadamente colocando estrategicamente pontos de recolha de plásticos e outros produtos poluentes provenientes da atividade agrícola e se desenvolvam simultaneamente verdadeiras ações de sensibilização para o seu uso.-----

----- O deputado municipal do PCP - Francisco Corvelo”-----

----- Após a leitura da moção pelo seu propoente pediu a palavra o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* que começou por dizer que a moção é bem-intencionada, porém, enquanto pessoa ligada a este setor, pessoal e profissionalmente, não se pode rever em alguns dos quesitos, especificamente no que concerne aos agricultores que são descritos como se pessoas irresponsáveis se tratasse.-----

----- Saliou ainda o facto de algumas das propostas não serem necessariamente competência da Câmara Municipal, mais concretamente tudo o que tem a ver com hidráulica, canais e margens hídricas, por serem da responsabilidade de outras entidades.-----

----- Reforçou que alguns dos quesitos são extremamente gravosos e algo presunçosos contra os agricultores, que são pessoas de valor e que representam 70% da atividade económica do concelho, apelando que devem ter cuidado com o que se diz de uma forma genérica e sem especificar, até porque a poluição nas linhas de água não já não é nada como antigamente com exceção de alguma situação pontual, por isso acha que é uma linguagem desajustada no tempo e não se revê na moção.-----

-----O *presidente de junta de freguesia da União de freguesias de Carvoeira e Carmões*, **Nuno Pinto** considerou oportuno a moção ser apresentada nesta data, tendo em conta a intempérie que assolou o concelho, que não foi diferente dos outros sítios, mas foi diferente nos problemas que causou em Torres Vedras, e que comprova que os terrenos estão limpos.-----

-----Assinalou ainda que Torres Vedras faz um excelente trabalho em termos de prevenção que enaltece e apela à continuidade pois não é só por acaso que as coisas assim acontecem. Por outro lado, fez notar que APA é a entidade responsável pela limpeza de todas as linhas de água e a quem tem que se pedir autorização para o fazer, não tendo a Câmara Municipal qualquer tipo de legitimidade nem sequer para fiscalizar.-----

-----O *presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol*, **Pedro Vasa** disse não ver nenhum problema na moção, independentemente de poder ter algo que ultrapasse as competências do município, mas neste caso acha que conta a intenção e o alertar para situações que sabem que acontecem.-----

-----Reportou-se à intervenção anterior para dizer que não percebeu se em relação às competências da APA, foi esta entidade ou a Câmara que limpou, em qualquer dos casos fez notar que o rio não é limpo há cerca de cinco anos e não só o rio como várias regeiras e não podem ver os problemas só pela parte do escoamento da água, pois há toda uma envolvência com as habitações dentro do perímetro urbano que deve ser visto em conjunto.-----

-----Quanto ao facto de não ter acontecido nada de especial no concelho de Torres Vedras, concorda que há trabalho feito, mas a precipitação foi muito mais intensa na zona de Lisboa do que em Torres Vedras e pela intervenção do autarca ficou-lhe a dúvida se foi a APA ou se foi a câmara que tratou de tudo para não haver problemas de inundação nas zonas baixas do concelho.

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* disse que as questões abordadas pelos colegas se interligam com o que falou no ponto anterior quanto ao “Paul”, onde estão armazenados muitos milhares de metros cúbicos de água, e a Câmara Municipal deve estar atenta às agressões graves que são feitas quando se sobreleva o nível daqueles terrenos, porque está-se a danificar o ecossistema e a reduzir a capacidade de retenção.-----

-----Por último, chamou a atenção que um plano de drenagem que venha a ser feito deve ter em conta áreas importantes como esta, porque não são todos os concelhos que se dão ao luxo de poder ter um espaço destes, que já foi há muitos anos a zona de armazenamento de aquífero que alimentava Torres Vedras, para além da importância que tem em termos da recarga de aquíferos, tendo em conta que não sabem o que espera as gerações futuras em termos de secas.-----

-----Para responder ao autarca Pedro Vaza, interveio novamente o *autarca Nuno Pinto* esclarecendo que a Câmara Municipal se substitui à APA, após pedir autorização para o efeito.-----

-----Por sua vez o *presidente da junta de freguesia do Ramalhal*, **António Espírito Santo**

confirmou que câmara tem procedido à limpeza do rio Alcabrichel e é sobre este curso de água que vai falar, porque é aquele que mais lhe diz respeito, e no qual intervém limpando canaviais e outros arbustos. Contudo tinha que dar nota que não é uma limpeza contínua pois em alguns locais encontram vedações de arame encostada à margem do rio e a máquina tem que passar à frente, o que é muito aborrecido, achando que estas ações de limpeza deviam ser acompanhadas por alguém do ambiente com poder, para obrigar estas pessoas a libertar as faixas de manutenção do rio, como está estipulado na lei.-----

----Relativamente ao que foi abordado sobre a fauna piscícola, confirmou a existência de várias represas, porque há muitas hortas à beira rio, e cada agricultor faz a sua represa de uma forma desordenada, sendo exemplo disso, o facto de, neste verão que findou o rio não ter muito caudal. No seu entendimento o rio Alcabrichel não tem caudal suficiente para abastecer as necessidades da agricultura, que hoje de modo geral, é intensiva e consome muita água e não tem havido cuidado na manutenção dos caudais para que a fauna piscícola sobreviva.-----

----Defendeu que é um assunto que têm que estar muito atentos, e a moção alerta para estes problemas, mas há trabalho a fazer nesta área que tem que ser aprimorado. -----

----O *deputado municipal Rui Prudêncio* em jeito de conclusão anotou que a moção apresenta muitos destinatários, eventualmente a câmara nalguns pontos, mas noutros estão envolvidas a REN, a APA, outras entidades nacionais e assim não é uma moção que o Grupo Municipal do PS possa de alguma forma subscrever. Revêm-se em toda a problemática, mas em termos de execução a câmara pouco pode fazer com tantas entidades supranacionais envolvidas.-----

----Frisou que têm alguma dificuldade em votar favoravelmente esta moção, mas também não votarão contra, porque espelha preocupações que também partilham. -----

----Ainda sobre esta temática pronunciou-se o *deputado municipal Humberto Gomes* que aludindo às linhas de água, informou que antigamente quando eram limpas à mão estavam limpas pois havia guarda-rios que obrigavam os agricultores a fazê-lo. Agora com as máquinas, os agricultores lavram até aos caminhos, tapam as regueiras e sucessivamente também lavram mesmo até junto aos rios, aproveitando a este propósito de lembrar que o UTV já apresentou uma proposta para implementação de guarda-rios como uma medida importante para fiscalizar as linhas de água e os próprios rios, tanto o Sizandro como o Alcabrichel.-----

----Sobre o tema em discussão o *presidente de junta de freguesia da Freiria, Pedro Bernardes* começou por dizer que como praticante de agricultura, tem vários terrenos que confinam com rios achando que é uma área sensível para a qual é necessário a compreensão, porque não são os agricultores que provocam as inundações, quando estes por vezes só cultivam os terrenos à beira dos rios, para fazer face ao acréscimo das despesas excessivas que hoje em dia têm, para conseguirem colocar no mercados os produtos que produzem, sem prejuízo.-----

-----Relativamente ao facto de dizerem que a agricultura gasta água, no seu entender a agricultura não gasta água, as plantas não gastam água, as plantas utilizam água o que é bom, porque só assim conseguem viver neste mundo, porque a água vai para a atmosfera e regressa novamente, pelo se diz muita barbaridade sobre a agricultura. -----

-----Devem ter a noção que a agricultura é uma mais valia para no concelho de Torres Vedras, e aproveitou para informar, porque também foi questionado sobre os fitofármacos, que na União Europeia é onde se pode consumir produtos com uma grande segurança alimentar, para além de já estarem no bom caminho da produção biológica integrada e em boas condições, que é necessário incentivar através do consumo, para os produtores conseguirem produzir.-----

-----De novo no uso da palavra o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* manifestou-se sensível com os argumentos elencados pelos colegas, mas por motivos obviamente perceptíveis a intervenção do colega que o antecedeu está em linha com a sua primeira intervenção. Agroquímicos cada vez menos há, cada vez há mais cuidado e assim fala-se do que não se sabe e não pode votar favoravelmente.-----

-----Sobre esta moção, o *deputado municipal Pedro Castelo* disse que é demonstrativo, pelo número de intervenções dos membros desta Assembleia que o teor deste documento aqui trazido pelo grupo municipal do PCP, apesar de ser ambíguo, os toca, mas no seu entender devia ser uma recomendação e não uma moção. -----

-----Disse ainda que, por contar com algumas imprecisões ser-lhe-á muito difícil votar a favor, mas fazendo suas as palavras do Rui Prudêncio, revê-se na problemática e assim com a maior humildade possível dirigiu-se ao deputado Francisco Corvelo no sentido de retirar a moção, para a reformular com mais rigor como recomendação e trazer numa próxima assembleia, porque apresentada desta maneira, não vai surtir qualquer efeito positivo. -----

----- Terminadas as intervenções passou-se de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 7 votos a favor, 1 voto contra e 30 abstenções, aprovar a moção em epígrafe. -----

RECOMENDAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PESCO – PROGRAMA DE EMERGÊNCIA E SALVAGUARDA DOS CUIDADOS DE SAÚDE DO OESTE:-----

----- O PESCO assenta em diversas premissas, como sendo:-----

-----a Constituição Portuguesa consagra o acesso de todos a um Serviço Nacional de Saúde Universal e Geral; -----

-----a Saúde é uma área fundamental que garante qualidade de vida; -----

-----a Saúde é um mote de captação e fixação de população; -----

-----a prestação de Cuidados de Saúde é uma função primordial do Estado, onde a elevada qualidade e diferenciação deve ser uma realidade; -----

-----o Serviço Nacional de Saúde (doravante designado como SNS) deve ser o pilar base da prestação de Cuidados de Saúde às populações e, num momento em que existem diversas deficiências na prestação dos Cuidados de Saúde Primários, os Cuidados Hospitalares Diferenciados assumem especial relevância; -----

-----o desinvestimento no Centro Hospitalar do Oeste (doravante designado como CHO), bem como a falha na fixação de médicos de família nos Cuidados de Saúde Primários, coloca em causa um dos direitos essenciais de cada cidadão, cuja responsabilidade se -----

----- Para colmatar toda esta penosa situação, propomos: -----

-----Reforçar os recursos humanos nos Hospitais e Centros de Saúde da Região, através de modelos de atração e fixação desses profissionais;-----

----- Ampliar a rede de Cuidados de Saúde Domiciliários; -----

----- Melhorar as parcerias público-privadas da região para a realização de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (doravante designado como MCDTs), redução do tempo espera para primeiras consultas, aumento do n.º de valências/especialidades hospitalares locais, de modo a que a população não sobrecarregue os hospitais; -----

----- Implementar um sistema de intervenção comunitária na área da prevenção da doença e promoção da Saúde, ou seja, incentivar e promover a realização de intervenções na comunidade que visem dotar a população de literacia médica. -----

-----A aposta nos Cuidados de Saúde na Região Oeste tem de ser prioritária, garantindo a qualidade e abrangência dos mesmos. Para tal, é necessário um PESCO - Programa de Emergência e Salvaguarda dos Cuidados de Saúde no Oeste, que preveja fundos para a recuperação das unidades existentes, a construção de um novo Hospital e estímulos à fixação de médicos e que se baseia em 5 pontos, nomeadamente:-----

----- A) Dotação financeira para o recrutamento de médicos -----

-----incentivos de natureza pecuniária -----

-----incentivos de natureza não pecuniária -----

----- B) Dotação financeira para obras urgentes no Hospital de Torres Vedras -----

----- C) Reorganização do ACES OESTE SUL -----

----- O ACES Oeste Sul é um elemento estruturante nos Cuidados de Saúde Primários do Oeste e de uma vital importância. -----

----- O ACES OESTE SUL não dá resposta às necessidades das pessoas, por incapacidade de atração e retenção de novos médicos -----

----- D) Rejuvenescimento da estrutura orgânica do Conselho de Administração do CH Oeste. -----

----- E) Sobre a localização do novo Hospital/Estudo apresentado: -----

----- Nos últimos 20 anos a população do Oeste Sul, servida pelo Hospital de Torres Vedras cresceu sensivelmente 47.000 pessoas enquanto a população do Oeste Norte se manteve estável neste mesmo período. Ou seja, a manter-se a mesma perspetiva de crescimento daqui a uns anos, aquando da entrada em funcionamento deste novo Hospital, este fosso populacional será ainda maior.-----

----- Em segundo lugar, este mesmo estudo, considera a população total do Concelho de Alcobaça quando somente as freguesias de Alfeizerão, Benedita e São Martinho do Porto deveriam ser consideradas, pois as restantes são servidas pelo Centro Hospitalar de Leiria. E este “pequeno pormenor” enviesava o resultado, porque estamos a falar de 39.713 pessoas que não são abrangidas por este Centro Hospitalar.-----

----- Em terceiro lugar, a população hoje servida pelo Hospital de Torres Vedras tem como hospitais de referência os Hospitais Centrais de Lisboa e por isso numa ótica de racionalidade não fará qualquer sentido enviar esta população para uma unidade hospitalar localizada geograficamente a Norte para depois voltar para Lisboa, onde se encontram os Hospitais Centrais. A opção por um modelo que conjugue a mesma dimensão do ACES USL com a área de influência do Hospital permitiria um ganho na autonomia, mas essencialmente:-----

----- um alinhamento da prática clínica com as necessidades do cidadão; e-----

----- a construção de um modelo de gestão assente na eficiência e na qualidade.-----

----- CONCLUSÃO:-----

----- Por todos estes motivos urge dialogar com as mais diversas entidades locais e nacionais, por forma a se alcançar a construção do novo Hospital do Oeste, pois de acordo com os dados apresentados e até de acordo com muitos dos parâmetros do estudo, Torres Vedras é a melhor localização.-----

----- O PESCO - Programa de Emergência e Salvaguarda dos Cuidados de Saúde no Oeste, enquanto plano Global e urgente, teria uma dotação orçamental de 10 milhões de euros, dividida em 3 blocos da seguinte forma:-----

----- 7 milhões de euros para as obras de reabilitação do Hospital de Torres Vedras;-----

----- 2 milhões de euros destinados à captação de profissionais de saúde; e-----

----- 1 milhão de euros para a modernização das USF.-----

----- O Grupo Municipal do PSD - Luis Carlos Lopes e Marta Geraldês.” -----

----- O *deputado municipal* **Luis Carlos Lopes**, um dos proponentes da moção, fez uma breve apresentação da recomendação em epigrafe, que traduz a preocupação do PSD com a problemática da saúde, que não está bem desde há uns meses no território, tendo surgido um estudo que irá ser debatido na próxima segunda-feira na OesteCIM e também um novo ministro que veio a Torres Vedras e disse que iria decidir até março sobre a localização do novo hospital e o tipo de financiamento. -----

----- Acrescentou que lhe custa assimilar que ontem o diretor do ACES OesteSul na reunião da Comissão de Saúde tenha dito que têm 38 mil torrienses sem médicos de família, e que tenha, com uma certa desfaçatez, evocado que o COVID fez com que pessoas viessem tomar a vacina e com isso os números explodiram, tendo até convidado os presentes a “ajudar” a desarriscar as pessoas que sabem que não são utentes e estão a aumentar artificialmente esses números. Assim está preocupado com a saúde no Oeste, quer que os seus filhos e os seus futuros netos possam ter uma saúde melhor, quer em termos hospitalares, quer em termos médicos de família, assim como os seus pais enquanto durarem. -----

----- Acrescentou ainda que a senhora Presidente do CHO disse que 70% das horas de todos os tipos de médicos e enfermeiros, são assegurados por pessoal externo, uma percentagem arrasadora que não entende e que não quer que continue. Não está a falar partidariamente, fala pessoalmente, como munícipe e como um torriense que quer ver esta problemática resolvida, a mais importante de todos os mandatos que participou, e gostaria que todos lutassem, como ele vai lutar, na reunião da OesteCIM para que haja efetivamente um hospital e que façam pressão junto do ministro para que resolva até março. -----

----- Explicou que a proposta em apreço é uma forma muito suave, uma tentativa de posicionar os torrienses sem pôr em causa o que vai ser decidido na OesteCIM. -----

----- Por último deu nota que os indicadores demográficos dos últimos Censos indicam que cresceram 6% por cento no Oeste sul e decrescem 2,5% no oeste Norte, e se calhar Campelos faz mais sentido, porque embora no Bombarral não esteja mal, devem defender Torres Vedras e Campelos sem fazer finca-pé, mas defender moderadamente e ligeiramente aqui e em qualquer fórum, sem politiquices e sem chicana o que querem em termos de saúde pois teme que daqui a pouco, nem o público e o privado funcionem em Torres Vedras. -----

----- O *deputado municipal* **Francisco Corvelo** começou por se reportar à reunião que Comissão de Saúde teve com a direção do ACES onde foi dito e reafirmado que problema da falta de médicos tem sobretudo a ver com questões remuneratórias e de carreira e, como tal, é um problema político que compete ao Governo resolver, mas ainda não há muito tempo e em sede de

discussão e votação do Orçamento Geral de Estado, viram da parte do PSD rejeitar toda e qualquer proposta tendente a reforçar o Serviço Nacional de Saúde. -----

----- Pensa que seria mais lógico em vez de reforçar com dez milhões, uma solução perfeitamente local, que tivesse uma outra atitude em relação àquilo que são verdadeiramente os problemas do Serviço Nacional de Saúde. Além disso, o PCP não acredita que a solução para os problemas da saúde em Torres Vedras, passem, nem pelo reforço de PPP como é proposto, nem por uma reestruturação ACES do Oeste Sul, como é proposto nesta proposta do PSD. -----

----- Em relação à localização do futuro hospital, também como já afirmaram em devido tempo nesta Assembleia, entendem que prolongarem a decisão e a discussão quanto a saber se deve ser a mais cinco minutos ou menos cinco minutos de Torres Vedras, julgam ser um erro que só vem justificar o atraso quanto à decisão e só dará argumentos, aqueles que não pretendem construir o hospital que a região necessita. Por estas razões, não subscreve esta proposta do PSD e irá votar contra. -----

----- Sobre a recomendação em título o *deputado municipal Jorge Santos*, desde logo disse, pegando nas palavras do proponente da moção, que ser uma versão aligeirada, é o mote para dizer que para além da apresentação gráfica deste trabalho com cores apelativas, o UTV não conseguir encontrar aqui nada de muito proveitoso. -----

----- Disse ainda que não podem deixar de subscrever o PCP nalgumas manifestações, porque esta tónica na centralização do problema da saúde e na construção do hospital que vai ocorrer possivelmente daqui a 10 anos, parece-lhes ser um logro, e apenas mais uma manifestação da incapacidade quer de quem os governou anteriormente quer de quem os governa neste momento para se justificar. Para além disso esta insanidade de discussão se o hospital vai ficar mais cinco minutos do Maxial do sítio onde está o aterro sanitário, também lhes parece uma questão menor. -

----- Considera esta visão unifocal, esta visão direcionada apenas para a gestão da saúde no concelho em torno do reforço do hospital, quer do atual, quer do futuro é de facto, uma visão errónea distorcida, porque a orientação deve ser efetivamente inversa. Devem investir na linha da frente dos cuidados de saúde locais, nos centros de saúde, nas unidades de saúde familiar, no internamento domiciliário, nos serviços de apoio domiciliário, no centro de acolhimento, informação básica de saúde, sendo isto lhes parece ser efetivamente o futuro e não as obras faraónicas que, para já do papel não passam e vão ver se alguma vez daí passarão. -----

----- Reforçou que nesta visão parcial dos problemas de saúde, sem cuidar das questões da saúde primária, as freguesias não merecem uma única referência a este papel que podem e devem ter, como ontem o deputado Pedro Vasa mencionou, pela forma como tem conseguido contornar esta questão da falta de médicos, o que evidencia esse papel e se assim não fosse, o que andariam a fazer na construção das unidades de saúde familiar. -----

----- Por outro lado, consideram que estão a acentuar uma tónica de conflitualidade, na questão política local quando propõe a alteração do conselho de administração, o rejuvenescimento do conselho de administração de um hospital, pelo que se interrogam em que termos, como, e que legitimidade têm a Assembleia Municipal para fazer estas imposições, e assim não conseguem entender esta lógica. -----

----- Prosseguiu anotando outro elemento que é um certo irrealismo, pois há, uma dimensão que é quase faraónica, que os remete para a questão do financiamento, ou seja, onde é que se vão buscar dez milhões de euros de um momento para o outro para financiar, conforme consta na recomendação do PSD. Parece que estão num jogo de ver quem dá menos ou quem dá mais, para ser mais simpático aos olhos do eleitorado. -----

----- Ainda relativamente a estas questões do financiamento, salientou que importa perceber como se vai chegar estes valores e onde é que se vão buscar para poderem ser ali aplicados. -----

----- Concluindo disse que o UTV está de acordo apenas e só em três ou quatro questões: na coordenação entre os agentes sociais do concelho, que também consta do seu programa, o reforço dos problemas de prevenção da saúde, da doença e iliteracia para a saúde a possibilitar acordos de contrato médicos de vinte horas semanais, abandonar a exigência de contratos mínimos de quarenta horas e ampliar a rede de cuidados de saúde domiciliários. Contudo insistir nesta tónica não é mais do que manifestar incapacidade de resolução efetiva dos problemas e raciocinar em termos de grandes investimentos é só e apenas não querer resolver as questões que são claras e que lhes são próximas. -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que o CDS se revê nalguns pontos desta recomendação, com os quais estão particularmente à vontade, até no espírito de coerência que vem do passado, porque sempre defenderam que houvesse incentivos à fixação e à colocação de médicos de família, porque traduz o sentimento de todos que há uma carência enorme por todas as freguesias do concelho, pelo que fizeram essa proposta pelo menos duas vezes no anterior mandato. -----

----- Deste modo acham que continua a ser importante, no entanto, discorda do ponto de vista pessoal e tem sérias dúvidas em relação á situação e ao sítio do novo hospital, lembrando que tinham a promessa de uma decisão de localização definitiva do hospital para o primeiro trimestre de dois mil e vinte e três e acha que seria extremamente perigoso, aprovarem agora uma moção que de certa maneira, poderá “pôr areia numa engrenagem” que nesta altura está a rolar. -----

----- Aproveitou para deixar como reflexão, tendo em conta o que foi dito na reunião com o diretor do ACES Oeste Sul, sobre aquilo que é a pretensão de uma nova geração de médicos, em ter valências, ter um trabalho integrado e em ter equipas a trabalhar, a possibilidade de criação, por exemplo, de uma unidade de saúde familiar nas três freguesias interiores do concelho, ou seja,

Carvoeira Camões, Dois Portos e Runa e Maxial e Monte Redondo, que seria extremamente importante, pelas vicissitudes destas freguesias e pela sua densidade populacional para aferir se funcionava bem, em termos de sistema piloto. -----

----- Concluiu dizendo que é uma moção bem intencionada, mas não é uma recomendação que ache oportuno nesta altura. -----

----- Pediu novamente a palavra o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* para reforçar que serão solidários com a decisão que for tomada na OesteCIM e a que o Ministro da Saúde tomar, mas é torriense e seria estranho se não defendesse Torres Vedras suavemente, como disse, sem pressionar, sem fazer finca-pé. -----

----- Relativamente à intervenção do deputado municipal Jorge Santos, tinha que registar a sua estupefação porque nunca ouviu falar que um hospital seja uma obra faraónica, e solicitou que fosse mais criterioso nas palavras que utiliza pois chamou-o de insano. -----

----- O *presidente da Mesa* informou que não houve referências pessoais, porque o deputado referiu-se à proposta. -----

----- O deputado municipal *Rui Prudêncio* começou por alertar que estão a apreciar uma recomendação, mas não diz a quem, obtendo do proponente a resposta que é à administração central. -----

----- Depois desta clarificação argumentou que o grupo Municipal do PS Partido Socialista se revê, nos considerandos e não têm grandes dúvidas, naquilo que é proposto, mas vão olhar para a recomendação, única e exclusivamente sem contar com os documentos que vieram em anexo. ----

----- Nesta sequência é recomendado à administração central, uma dotação financeira para recrutamento de médicos, pensando que ninguém é contra já que muita da contestação da classe médica tem a ver com remunerações. Aproveitou para lembrar que ontem na reunião com o ACES lhes foi referido que esta nova geração de clínicos procura mais, para além da questão remuneratória, mas, se existe essa possibilidade em Orçamento do Estado, de classificar determinadas regiões de forma a que os clínicos que venham trabalhar para essas regiões, tenham acréscimos nos seus vencimentos, ou seja é algo possível e é legalmente aceite, pelo que se revêm nesta recomendação. -----

----- No tocante á dotação financeira para obras urgentes no hospital, frisou que o hospital precisa de obras, portanto, também se revêm nesta situação, já que, independentemente da decisão de construir o novo hospital, como este vai ter que servir ainda durante alguns anos a população torriense, terá de sofrer obras. -----

----- Sobre a reorganização do ACES Oeste Sul e sobre o rejuvenescimento da estrutura orgânica do conselho de administração do CHO, tem que olhar para estas duas recomendações com base no sinal dado esta semana passada sobre a nova reorganização dos serviços de saúde em termos

nacionais, uma vez que foi afirmado que haverão mais quatro regiões que se irão transformar em ULS, sendo uma delas Leiria, que vai inclusive implicar com a região oeste, pois, implica uma organização administrativa única para os serviços, cuidados primários e hospitalares ou seja uma reorganização profunda vertical. -----

----- Quanto à questão da localização do novo hospital o compromisso que existe é respeitar o estudo feito pela OesteCIM, sendo isso que defenderão sempre e também se diz na recomendação. Alguns dados estão de acordo em que o novo hospital poderia ficar na fronteira do concelho de Torres Vedras, mas há outros dados que dizem que pode ir um bocadinho mais para cima mais para baixo, não lhe parecendo razoável por causa de cinco minutos diferença “meter areia numa engrenagem” pelo que com base no que é apresentado e por ser uma recomendação para a administração central, não votarão contra. -----

----- Concluídas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----

----- A Assembleia Municipal, deliberou por maioria de 29 votos a favor, 8 abstenções e 1 voto contra, aprovar a recomendação à administração central para Implementação do PESCO – Plano de Emergência e Salvaguardada dos Cuidados de Saúde do Oeste. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 23.45h o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
